

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**DA RIBEIRA A CIDADE ALTA:
UM NOVO CENTRO PARA UMA NOVA CIDADE**

Yuri Simonini

NATAL – RN
2006

YURI SIMONINI

DA RIBEIRA A CIDADE ALTA:
UM NOVO CENTRO PARA UMA NOVA CIDADE

Monografia apresentada ao curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Professor Doutor Raimundo Arrais como requisito à obtenção do grau de Bacharel em História.

NATAL – RN
2006

YURI SIMONINI

DA RIBEIRA À CIDADE ALTA:
UM NOVO CENTRO PARA UMA NOVA CIDADE

A monografia “Da Ribeira à Cidade Alta, um novo centro para uma nova cidade”, apresentada por Yuri Simonini foi aprovada e aceita como requisito para obtenção do grau de bacharel e licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Banca examinadora:

Professor Dr. Raimundo Arrais - Orientador

NATAL, RN
2006

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão dessa monografia. Em especial ao meu orientador, Raimundo Arrais, que me mostrou que dentro do espírito do historiador também deve haver a alma de um poeta. A professora Aurinete, a mãe de todos os alunos de história, que com tanta paciência e dedicação mostrou o valor de uma universidade. Aos meus amigos que tanto me deram apoio e me ajudaram quando me deparava com os obstáculos da vida. E finalmente a minha mãe que soube com o tempo valorizar essa difícil tarefa de ser historiador.

“Como condição atual de uma cidade não passa da consequência de todas as suas condições anteriores, essa condição representa todas as outras, e uma cidade construída apenas com vistas em sem presente exprime virtualmente, de maneira transcendente, todo o seu passado”.

Jean Reynaud, 1840

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a mudança do centro da cidade do Natal, da Ribeira para a Cidade Alta, entre os anos de 1904 a 1922. Natal, no início do século XX era uma pequena cidade com fortes traços coloniais. As elites dominantes, amparadas e legitimadas pela intelectualidade, promoveram diversas mudanças na cidade, afim de torná-la uma nova cidade, dentro do modelo estrangeiro. As ações estatais tiveram características próprias em dois momentos distintos. No primeiro momento, entre o início do século XX até meados da década de dez, fora voltado para o embelezamento e aformoseamento da sua capital. O segundo momento, entre a década de dez e principalmente na década de 20 do século XX, percebe-se que os recursos eram destinados à integração do interior do Estado enquanto que na capital, os recursos foram empregados para aparelhar melhor a cidade dotando-a de bondes elétricos, aumento da demanda de energia elétrica, construção de galerias de esgoto, entre outros. Paulatinamente essas ações estatais contribuíram para o deslocamento do centro político e administrativo da cidade, iniciado pela inauguração do palácio do governo em 1902 e se consolidaria em 1922 com a inauguração do prédio da Intendência, durante os festejos do Centenário da Independência.

PALAVRAS-CHAVE: História urbana, políticas públicas, Primeira República.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O ESTADO E AS OBRAS PÚBLICAS NA CIDADE DO NATAL	13
2 A CIDADE IDEAL – NATAL NA VISÃO DE INTELLECTUAIS E MÉDICOS	31
3 CIDADE ALTA, O CENTRO DA CIDADE	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

A consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, principalmente entre os séculos XIX e XX, acarretou o surgimento de um novo pensamento acerca da função da cidade. A concentração de pessoas e recursos acaba atraindo o poder econômico e político para a cidade que buscará ferramentas para um maior controle do espaço dentro de si e ao seu redor¹. Por todo o século XIX e início do século XX, a cidade passa então por transformações em sua estrutura visando-a adequar-se às novas exigências.

A capital do Rio Grande do Norte, também sofrerá com essas transformações. Apesar de possuir uma indústria e comércio incipientes, havia um anseio por parte das elites em adotar um modelo que acompanhasse essa tendência de modernização que estava ocorrendo nas cidades européias e nas capitais brasileiras². Essa transformação acarretaria mudanças no espaço físico e nas funções de cada bairro de Natal.

No início do século XX a cidade de Natal possuía apenas dois bairros já estruturados (Ribeira e Cidade Alta) e estava implantado um terceiro bairro que seria denominado de Cidade Nova, mais tarde chamado Petrópolis e Tirol. Cascudo assim delimita os dois bairros:

A Cidade Alta, historicamente, começa numa colina, vértice do ângulo formado pela junção de duas ruas, Junqueira Aires e João Manoel, no *square* Pedro Velho.

A Ribeira denuncia um alagadiço d'água salobra que se espriava por toda a praça Augusto Severo, também conhecido como o Salgado.³

De acordo com Giovana Paiva, estes bairros possuíam características próprias. A Ribeira era a área do comércio, próximo do porto - lugar dos armazéns, dos hotéis, do lazer e administração pública. A Cidade Alta era o bairro residencial, ambos quase autônomos entre si⁴. Na medida em que o século XX transcorria, outros bairros emergiam.

Os trabalhos acerca da história urbana de Natal são escassos contando com algumas monografias sobre o assunto. Esses estudos foram relegados a pesquisadores de outras áreas de conhecimento, como Ciências Sociais, Literatura e Arquitetura. Mesmo na historiografia, apenas há citações sobre os aspectos do cotidiano da cidade de Natal no início do Século XX focalizando apenas as melhorias promovidas por seus governantes na parte estrutural da cidade, como podemos ver na obra de Câmara Cascudo, por exemplo.

¹ CARLOS, Ana Fani. *A Cidade*, p.66.

² OLIVEIRA, Giovana. *De cidade a Cidade*, p.99.

³ CASCUDO, Câmara. *História da cidade do Natal*, p.233.

⁴ *Ibid.*, p.21.

e história dos?

Esta pesquisa será apoiada nos trabalhos realizados, sobretudo anteriormente por Arquitetos, Urbanistas e Geógrafos. A cidade como tema de pesquisa é um objeto interdisciplinar cujos conceitos permeiam diversas áreas. Essa monografia tentará analisar um processo ocorrido no início do século XX, em que o centro da cidade, aqui definido como área que concentra o poder político e o centro administrativo de uma cidade, foi deslocado da Ribeira para a Cidade Alta.

1. nome de centro de cidade.
D. por que o centro da cidade se moveu?
de que forma o centro se formou e se expandiu?
e suas relações com a cidade.
2. estruturalmente o centro administrativo mas a função do centro mudou.
3. que cidades que mudaram o centro.

Como todos os processos de transição, este deslocamento não teve uma data plenamente definida, nem foi efetivada num curto espaço de tempo. Para tanto, o corte temporal será feito durante a primeira metade do século XX e terá como ponto inicial a mudança da sede do Governo para o que seria posteriormente denominado de Palácio Potengi, em 1902. O Estado, ao efetuar a mudança da sede para a Cidade Alta, causou um deslocamento do eixo político-administrativo, alterando assim as funções dos bairros de Cidade Alta e Ribeira. Esse deslocamento culminaria na inauguração do prédio da Intendência durante as festividades do Centenário da Independência, em 1922.

O objetivo desse trabalho é auxiliar, obtendo novas informações sob a ótica da História, no entendimento da evolução urbana da Cidade de Natal colocando ênfase na História urbana⁵. Procura-se entender, nesse trabalho, como esse processo foi efetivado, sob quais circunstâncias e procurando encontrar os agentes que facilitaram e promoveram essa transição de funções entre os dois bairros.

As diversas fontes utilizadas, com suas características próprias, serão usadas na tentativa de representar no contexto, as mudanças ocorridas na cidade do Natal. Utilizaremos desde fotos tiradas no começo do século, como anuários estatísticos do IBGE, e relatos fornecidos por cronistas e escritores da época, além de memorialistas como Adherbal França, Lauro Pinto, entre outros. Os jornais *A República*, o *Diário de Natal* e *A Imprensa* serão as fontes utilizadas para compor o pensamento e os anseios, da elite e de seus opositores, numa época de mudanças.

As conceituações que serão utilizadas na pesquisa foram retiradas de um domínio específico da história, a história urbana. Utilizaremos a definição de segregação espacial usada por Raquel Rolnik para tentar explicar o que é a cidade capitalista. Segundo a autora, a

Este conceito já foi tratado por outros autores. Não só Rolnik, mas também Vilanova.

⁵ A História Urbana foi e ainda é palco de grandes debates no tocante à maneira de ver a cidade como sujeito histórico. Fustel de Coulanges, em 1864, lança as bases da História Urbana com o seu livro *A Cidade Antiga*, ao analisar o modelo organizacional das cidades Greco-romanas. Sob outra ótica, Max Weber e Henri Pirenne, na década de 20 defendem a origem e manutenção da cidade pelas vias econômicas. Max Weber, em *Conceitos e categorias de cidades* (1921) relaciona a natureza econômica das cidades com a sua origem. As abordagens mais atuais enfatizam a Cidade como agente estimulante do comportamento humano, como foi proposto por George Simmel em seu discurso sobre as Metrôpoles e a vida mental de 1903. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia, p.186.

segregação espacial é a separação das classes sociais e funções no espaço urbano⁶. Com a industrialização, a cidade recebeu novo impulso para modernização e adequação para as suas novas funções. A elite, no início do século XX também se espelhou no que é modernidade e passou a almejar uma urbanização, como podemos perceber na conferência proferida por Manoel Dantas, em 1909, e analisada por Pedro de Lima. Segundo o autor, Manoel Dantas expressou o anseio de modernidade da elite natalense, da qual ele pertencia e tornava-se uma voz para uma nova representação desejada por esta elite⁷. A sociedade passou a alimentar expectativas que o novo século traria novas visões de mundo e propostas urbanísticas de cidades industrializadas⁸.

Como desenvolveremos um estudo da cidade do Natal como o objeto deste projeto será usado como apoio o *Livro Azul*. *O Livro Azul*, uma publicação precursora da lista telefônica. A partir dele, será possível determinar dentro dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira, a distribuição de lojas, residências e bancos. *O Livro Azul* de 1941, por exemplo, mostra que das quatro óticas três estavam situadas na Rua Dr. Barata e que duas delas pertenciam a Família Farache que por sua vez moravam na Rua Rodrigues Alves⁹. O estudo terá o amparo do livro de Jeanne Fonseca Leite, *Caminhos de Natal* que fornecerá as topônimas antigas e novas das ruas na localização dos espaços e logradouros¹⁰.

Dadas as características desse trabalho, por tratar da história de um espaço urbano, devermos nos apoiar em disciplinas que possuem afinidade com o tema. Haverá conceitos que serão adotados de outras disciplinas de áreas como a Geografia e a Arquitetura. A Geografia será tomada como ferramenta para o entendimento do espaço urbano. Para a Geógrafa Ana Fani, o espaço tem seu valor dentro do que é produzido, resultando em trabalho social materializado¹¹. Portanto, o espaço urbano é fruto de modificações humanas com os interesses próprios (no caso, das elites), motivados pelo acúmulo de capital.

A proposta de adequação de novas funções entre a Ribeira e a Cidade Alta, seria então tomada por não somente uma, mas por várias motivações, sejam as de se aproximar do modelo parisiense, ou adotando critérios higienistas. Seja como for, as alterações foram promovidas propositalmente e com objetivos específicos. A arquitetura nos demonstrará que

⁶ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*, p.41.

⁷ LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*, p.50.

⁸ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a Cidade*, p.59.

⁹ LIVRO AZUL, indicador comercial e profissional, p. 6 e p. 26.

¹⁰ NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Caminhos de Natal*.

¹¹ CARLOS, Ana Fani. *A cidade*, p.53.

Vários
trabalhos
além do
trabalho de
Pedro de
Lima
de
quatro?

através das tentativas de planejamentos urbanos, como esta nova adequação foi formada e quais os processos foram adotados.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também possui dados e fontes de pesquisa que permitirão verificar o perfil da cidade no período de estudo. Como fontes podemos destacar o primeiro anuário do Instituto, criado em 1937, que além de fornecer dados do ano anterior, fornece estatísticas de períodos anteriores a 1937. Por ele sabemos, por exemplo, que em 1920, Natal possuía 5.457 prédios sendo 4.754 domicílios¹².

Como o Estado pode estar envolvido na determinação das novas funções e influenciando na nova remodelação da cidade, será útil verificar as fontes oficiais de informação como os jornais de situação e as mensagens dos governadores. Para Giovana Paiva, o jornal *A República*, órgão propagandista republicano e depois órgão oficial de informação do Estado, era o local o qual as idéias, e ações adotadas das elites dominantes eram divulgadas. Seu uso será importante para entender de que maneira houve a intervenção do Estado na remodelação urbana de Natal. O jornal será trabalhado nas condições propostas pela professora Maria Juraci, que defende que “o mais certo é supor a busca de um equilíbrio entre o suporte teórico que orienta o olhar do pesquisador e a dimensão empírica contida na notícia do jornal”¹³.

As fotos tiradas no período poderão nos colocar diante de dois gêneros de informações. Primeiro ao mostrar o cotidiano do Natal no início do século XX, as fotografias podem demonstrar a disposição urbana e como era a cidade no período. A maneira como esta fonte será trabalhada pode ser traduzida na afirmação de Armando Martins Barros citado no trabalho de Marcus Levy, que defende três pontos para o uso da fotografia na História:

(..) de que a imagem é sempre um monumento, produzida por uma subjetividade que lhe dá a veste de real e que, para ser trabalhada enquanto documento, necessita de uma metodologia que a veja enquanto linguagem, com a especificidade de um discurso; de que a imagem é sempre produzida socialmente, articulando sua dimensão físico-química (hoje também computadorizada) com a produção de idéias e valores, de uma estética e de uma ética; de que a imagem fotográfica tem um fértil campo de análise a partir de uma metodologia qualitativa/quantitativa que vem unindo a construção de séries, de eixos temáticos, de signos que se reiteram, com o uso da semiótica e de novas tecnologias de suporte, especialmente a informática, indicando um novo potencial analítico, mas, também, novos riscos empiricistas¹⁴.

fonte ref. completa

→

¹² IBGE, p.48.

¹³ CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. In: Anais do II congresso de História da Educação, p. 8.

¹⁴ BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. In: Anais do II congresso brasileiro de História da educação, p. 6.

Segundo, como simbolismo, retrata a Natal que a sociedade do período almejava e de que maneira a arquitetura influenciava no pensamento das ^{el}Élites. Esse simbolismo pode nos esclarecer como as funções urbanas foram efetivadas. A representação da cidade pode ser vista no livro de memórias de Lauro Pinto, sob o título de *Natal que eu vi*, uma visão de Natal em meados do século XX e na própria visão de cidade, profetizada por Manoel Dantas, uma cidade voltada para o futuro industrial e capitalista.

O capítulo ~~1~~1 irá enfatizar como o Estado foi o principal agente organizador e planejador da cidade do Natal. As ações dos governadores Augusto Tavares de Lira (1904 a 1906), Antônio José de Melo e Souza (1906 a 1908 e 1920 a 1923) e Ferreira Chaves (1914 a 1920) tiveram características que influenciaram as obras públicas, ora privilegiando uma determinada área da cidade ora de um determinado local do estado. Esse capítulo se debruçará então na análise das características de cada um dos governadores para se entender como o Estado assumiu o papel de reestruturar e reconfigurar a cidade do Natal.

O capítulo ~~2~~2 tratará da ação dos intelectuais natalenses – e dentre eles o papel do médico como um dos principais suportes de legitimação das ações estatais – dentro da construção de uma cidade “ideal” e a confrontação com a cidade real. Essa idealização da cidade como redentora no novo homem republicano, inspirada principalmente por valores estrangeiros, foi absorvida pelos intelectuais integrantes da elite dominante de Natal que buscavam encontrar meios para que essa nova cidade pudesse ser concretizada.

Enfim, no capítulo ~~3~~3, ao se debruçar sobre a Cidade Alta como o novo centro do Natal do início do século XX, irá partir do princípio que as ações estatais, embasadas pelos intelectuais e médicos do período buscavam criar condições materiais para a construção de um local que pudesse abrigar o centro administrativo e político da capital dentro dos exíguos recursos que o estado possuía para tal fim. Nesse capítulo se procurará encontrar as motivações e influências que puderam levar adiante o deslocamento do centro da Ribeira para a Cidade Alta.

1 O ESTADO E AS OBRAS PÚBLICAS NA CIDADE DO NATAL

O desenvolvimento de uma cidade não pode ser concebido como um ato puramente espontâneo. A cidade é uma construção humana, e como tal, jamais estará plenamente terminada, sendo gradualmente modificada na medida em que seus atores sociais também vão se modificando. Atores sociais “é um coletivo de pessoas ou, no seu extremo, uma personalidade que, atuando numa determinada realidade, é capaz de transformá-la. Para tanto, é fundamental que ele tenha controle sobre os recursos relevantes, tenha uma organização minimamente estável e um projeto para intervir nessa realidade”¹⁵. Assim, qualquer ator social, com projeto e capacidade de produzir fatos, é capaz de fazer pressão para alcançar seus objetivos, podendo acumular força, gerando e mudando suas estratégias para converter-se num elemento social dotado de poder e capacidade de promover mudanças.

Esses atores sociais também vão desenvolvendo novas formas de interação com o ambiente através dos outros atores ao seu redor. Porém essa mudança não é unilateral. A cidade quando moldada pelas mãos dos homens, também vai moldar a mentalidade e o próprio papel do homem nessa sociedade.

Lewis Mumford, ao escrever sobre os novos papéis desempenhados pelo homem ao ser inscrito nesse novo ambiente citadino, durante o surgimento da cidade no período antigo, afirma que apareceriam também novos papéis dentro da urbe a serem desempenhados e eliminando, dessa forma, as limitações de uma vida sem especializações:

Na cidade, pelo contrário, a formulação e reformulação das identidades é uma das funções principais. Em qualquer direção, cada período urbano proporciona uma multidão de novos papéis e uma diversidade igual de novas potencialidades. Tais coisas produzem mudanças correspondentes no direito, nas maneiras, nas avaliações morais, no costume e na arquitetura, e finalmente transformam a cidade numa tonalidade viva¹⁶.

É no interior dessa cidade viva que se podem encontrar agentes transformadores. Esses agentes transformadores são os responsáveis por moldar a cidade, caracterizando-a pela contínua dinâmica.

No século XX, agentes próprios contribuíram para moldar uma nova cidade. Não é a intenção do presente trabalho estudar esses agentes, mesmo porque tendo em vista a complexidade desse produto humano que é a cidade seria quase impossível ater-se a cada um

¹⁵ GUIMARÃES, Raul Borges. *Saúde urbana: velho tema, novas questões*, p.157.

¹⁶ MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*, p.132.

desses agentes. Faz-se então necessário focar em alguns agentes fundamentais para a organização do espaço urbano e que contribuíram de forma direta para esse intento.

No caso de Natal serão considerados como ações modificadoras as práticas higienistas de formulação do espaço urbano e a ação incisiva do Estado na reconfiguração da cidade. Seus dirigentes possuíam como intento o ideal de “civilizar” ante as cidades européias, tais como Paris e Londres, durante o fim do século XIX e início do XX. Encontraram nesse modelo um embasado em concepções higienistas que balizaram o pensamento proferido e defendido pelos integrantes da elite ressaltando como princípios fundamentais para construir uma cidade dentro das noções de modernismo e progresso.

É durante o fim do século XIX e início do século XX que as cidades brasileiras vão perdendo o locus puramente administrativo, atraindo cada vez mais pessoas que concebiam as cidades, segundo Arrais como “centro irradiadores de um desenvolvimentismo que empolgou a mentalidade brasileira do período”. Ao se tornar o modelo de progresso, a cidade cumpre o seu papel dentro da ótica capitalista convertendo as mesmas “num lugar de realização dos ideais de progresso, que representava o princípio e a escala norteadora dos povos”. A cidade se reveste assim no papel civilizador e redentor do homem republicano¹⁷.

É através das ações por parte do Estado que a cidade vai desenvolvendo os elementos necessários para possibilitar essa necessidade civilizadora que buscava a sociedade brasileira do início da República. Um reflexo dessa intervenção estatal é percebido através das obras públicas promovidas pelos governos dentro da cidade.

Durante os vinte primeiros anos do século XX, no que diz respeito às obras públicas promovidas pelos governadores do Rio Grande do Norte podemos distinguir dois momentos distintos. No primeiro momento, entre o início do século XX até meados da década de dez, fora voltado para o embelezamento e aformoseamento da sua capital, com a inauguração de praças, calçamento de ruas e na construção do Teatro Carlos Gomes. Essas ações de embelezamento e aformoseamento não foram fatos isolados encontrados apenas no Rio Grande do Norte, mas que ocorreram nas cidades de grande porte do país e posteriormente adotados como um modelo de estruturação do espaço urbano pelas demais cidades.

Num segundo momento, entre a década de dez e principalmente na década de 20 do século XX, percebe-se que os recursos eram destinados à integração do interior do Estado com a capital através das obras contra a seca. Essas obras privilegiavam a construção de estradas, açudes e barragens em várias regiões do interior do Estado. Os recursos destinados

¹⁷ ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX, p.26.

às obras públicas na capital foram empregados para aparelhar melhor a cidade dotando-a de bondes elétricos, aumento de energia elétrica, construção de galerias de esgoto, entre outros.

Diversos autores como Itamar de Souza, José Antônio Spinelli, Rocha Pombo e Câmara Cascudo se debruçaram sobre as ações dos governadores – principalmente no período da República Velha – no tocante as obras públicas tanto na capital norte-riograndense como no Estado sem, no entanto, se aprofundarem naquelas ações que possibilitariam à reconstrução da cidade do Natal como uma cidade que dava os seus primeiros passos para uma urbanização.¹⁸

As obras públicas realizadas pelos governadores nos períodos entre 1904 a 1924, atenderam a diversas prioridades. É a partir das suas mensagens proferidas anualmente perante o Congresso Legislativo, que se percebe a ação promovida pelo Estado como principal articulador da remodelação urbana de Natal.

Os primeiros anos do século XX trouxeram consigo grandes problemas econômicos para o Estado. Uma grande seca assolou o Rio Grande do Norte, principalmente em 1904, quando levas de indivíduos provenientes do sertão, desprovidos de quaisquer condições mínimas de sustento, não tiveram alternativas a não ser migrar para a Capital do Estado em busca de auxílio¹⁹. Na mensagem proferida aos deputados desse ano, o governador Tavares de Lyra, em julho de 1904, informava que, encontrava-se na capital cerca de 40 a 50 mil retirantes, gerando inúmeros problemas de ordem pública e de salubridade²⁰.

Os escassos recursos do erário público eram argumentos comumente invocados no discurso dos governadores para explicar os motivos pelos quais determinadas ações não foram postas em prática. Era tônica comum recorrer a essa justificativa ao tratar das obras públicas na Capital.

Sem alternativa, o governo estadual recorreu aos recursos de origem federal que foram utilizados para obras públicas também na capital, ocasionando críticas que repercutiram na imprensa²¹. Ao contratar o arquiteto Herculano Ramos para o serviço de aterramento e ajardinamento da Praça Augusto Severo, o governador Tavares de Lyra tencionava levar

¹⁸ Cf. CASCUDO, Câmara. *História da Cidade do Natal*, 1999. POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*, 1922. SOUZA, Itamar. *A República Velha do Rio Grande do Norte*, 1989. *cade Spinelli*

¹⁹ Sobre as secas que assolaram o estado e as ações promovidas para a sua erradicação, ver SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das secas: século XX*. Coleção Mossoroense.

²⁰ Há uma discrepância na quantidade de retirantes que vieram a Natal neste período. Itamar de Souza, ao ser citado por Giovana Oliveira, informa que a quantidade girava em torno de 15 mil flagelados.

²¹ Repercutiu de forma negativa, principalmente no *Diário de Natal*, pelo menos em dois momentos. Em 26 de Setembro de 1903, um longo artigo, trata de como a Praça Augusto Severo fora desprezada para dar atenção a Praça André de Albuquerque. Novamente em 23 de julho de 1904, o *Diário*, critica a mensagem do governador pelo emprego do dinheiro público para um ajardinamento em detrimento a ajuda aos flagelados.

a que into tem
chamar com
a seca - a
dos dias
Nunam?

Auto recorte

fully
romulph

adiante um serviço que já vinha sendo cogitado desde o governo anterior²². A justificativa da contratação de Herculano Ramos estava justamente no fato de se querer aproveitar o projeto que o arquiteto desenvolvera quando estivera à frente dos serviços do Teatro. A finalidade, afirmava o governador era “possuir dentro em breve a nossa capital uma boa praça pública, formosa e saneada”²³. Dessa forma, Tavares de Lyra dá continuidade a um dos projetos do seu antecessor.

Sem condições financeiras de levar a cabo o projeto da praça, o governador lançou mão de recursos federais destinados ao auxílio aos flagelados da seca. Houve nesse período inúmeras acusações de desvio desses recursos, principalmente por parte da oposição. O *Diário de Natal*, por exemplo, em 23 de Julho de 1904 exigia explicações para esse desvio.

O governador procurava uma justificativa, afirmando que o uso de recursos federais para uma obra estadual não poderia ser considerada inadequada para uma obra de aformoseamento, mas que estava criando frentes de trabalho para os retirantes que se encontravam na capital, e, portanto empregando adequadamente os recursos federais, ressaltando que esta obra de saneamento era “trabalho indispensável a salubridade dessa cidade”²⁴. E, segundo essa mesma lógica, que o governador buscou se justificar quando também usou o material destinado ao combate a seca no interior do estado o qual a comissão central de socorro havia alocado naquela área. Procurava assegurar legitimação de uma ação de melhoramento da capital, ao mesmo tempo em que solucionava temporariamente o problema de uma massa de desocupados que tanto afrontavam a ordem pública, criando essas frentes de trabalho além de estar solucionando um problema sanitário há tanto tempo solicitado pela população²⁵.

²² Herculano Ramos se formou pela ex-Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro. Fez estudos complementares de construção civil na Europa. Como funcionário imperial, fora enviado para diversas províncias que demandavam de obras públicas, tanto estruturais quanto arquitetônicas, desde 1876 Residiu em Natal de 1904 até 1914.

²³ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 25 de março de 1904**, p.12.

²⁴ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 14 de julho de 1904**, p.10

²⁵ Na mensagem de 1905, Tavares de Lyra esboça um pequeno histórico acerca da preocupação sanitária e dos problemas decorrentes da área que viria a se tornar a praça. Segundo o governador, já havia uma preocupação por parte da Intendência em 1853 para o aterramento desse local, inclusive proibindo qualquer construção do local, lei que se tornou letra morta em 1859, mas que ainda havia uma grande área desocupada que deveria ser aterrada, pois durante as chuvas torrenciais “se formava um verdadeiro pântano, cuja extinção, como medida de higiene, era insistentemente, reclamada pela população”. Castriciano também registrou esse fato, quando o presidente Pereira de Carvalho encontrou, despovoada, a área entre a alfândega e o morro do Rosário com aproximadamente nove mil braças quadradas. Pereira de Carvalho pensou na criação de um passeio para ligar os dois bairros e dotar a cidade de um local aprazível para passeio e para gozar da vista do rio além de possuir um cais de desembarque. Com falta de recursos, entretanto, solicitou a Câmara Municipal que proibisse qualquer construção naquela região para quem sabe futuramente a cidade possa construir o dito passeio. Sobre a revogação, Castriciano foi irônico: “Essa decisão foi mantida até 1859, quando, em 19 de dezembro teve que ser

falta de
uniformidade
no
tempo verbal

Um ano depois, com a conclusão dos serviços de aterramento e ajardinamento, restou ao governador Tavares de Lyra empreender alguns serviços complementares como a construção de uma segunda galeria de esgoto na praça e do calçamento das ruas ao redor da praça: uma rua ao poente e outra ao norte e em frente ao Teatro²⁶ e de uma parte da rua Senador José Bonifácio e Rua Sachet²⁷. Também mandou fazer o calçamento de diversas outras ruas que estavam sendo prejudicadas por causa dos desmoronamentos das dunas de areia. Estas ruas foram a Travessa Progresso, Rua Coronel Juvino, e Travessa da Paz²⁸ além de parte da Junqueira Ayres próximo ao jardim público²⁹ e a rua São Tomé na Cidade Alta.

Inicia-se então a reorganização da Ribeira com a implementação de duas ruas projetadas que foram a Rua Sachet e a Avenida Almino Alfonso³⁰ além de alinhamento da rua do Comércio³¹ com a Rua Doutor Barata para evitar empoçamento de água de chuva. Nas palavras da Giovana Paiva, essas ações visavam entre outras “intervir para direcionar a expansão da cidade e reformar o interior das áreas ocupadas”³². A construção de praças, jardins e teatros possuíam um sentido de prover a cidade de mais espaços de convívio social quase inexistentes no início do século XX e fariam parte das reclamações da elite letrada conforme será mostrado no capítulo 02 do presente trabalho.

Nesse período, o governo implantou um terceiro bairro na Cidade, denominado de Cidade Nova³³. Criado a partir da resolução n.º 55, em 1901, e abrangendo uma área de mais de mil e seiscentos metros quadrados, o projeto foi objeto de discursos que vislumbravam o novo bairro como um exemplo de modernidade e progresso. Em 1901, o Jornal *A República* afirmava que haveria um “futuro grandioso da Cidade Nova como o bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que neste século, será Natal talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades importantes do mundo.”³⁴. Esse otimismo impregnado no discurso do jornal era uma visão de um progresso positivista que procurava exaltar uma nova representação de cidade e de novos indivíduos. O discurso daqueles que assumiram o governo

revogada para a satisfação de interesses indígenas...” RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 22 de janeiro de 1905**, p.6. CASTRICIANO, Henrique. *A República*, jul. 1907.

²⁶ Na mensagem, o governador não dá indicações de quais seriam os nomes dessas ruas.

²⁷ Atual Avenida Duque de Caxias.

²⁸ Até o presente momento desse trabalho, não foi possível localizar essas ruas bem como se tais toponímias ainda são mantidas.

²⁹ Não há uma indicação da praça. Provavelmente o Governador se refere à praça a qual se localiza atualmente o SESC da Cidade Alta, ladeado pela Rua São Tomé.

³⁰ Conforme OLIVEIRA, Giovana. **De cidade a Cidade**, p.69.

³¹ Atual rua Chile.

³² *Ibid*, p.69

³³ Atual bairro de Petrópolis.

³⁴ *A República*, jan. 1901.

republicano construíram assim uma relação com o Progresso, “palavra grafada amiúde com a inicial maiúscula que lhe conferia uma grandeza de entidade supra-histórica condutora do destino dos povos”³⁵. Um exemplo desse otimismo pode ser visto no discurso de Manoel Dantas, em 1909, intitulado “Natal daqui a cinqüenta anos”, em que o intelectual retratava Natal como a Capital do mundo no ano de 1959.

Porém, esse discurso de progresso não era consenso dentro da sociedade natalense. Houve diversas críticas de como estava sendo promovido o processo de implantação do novo bairro e conseqüente desapropriação de terrenos dos seus moradores e que, segundo o jornal oposicionista – *O Diário de Natal* – implicava muito mais em desalojamentos e aumento da pobreza do que uma pretensa obra que traria melhoramentos diversos:

Funda-se a cidade nova, e viu o povo, meio bestializado, mas cheio de uma dor sincera a derrubada dos lares humildes, mas por isso não menos amados na pobreza; (...) Essa iniquidade cruel arrancou dos espolidos um coro bradante de maldições misturadas de lágrimas amorgadas.³⁶

Nesse mesmo período, outras obras consideradas necessárias também foram objeto de atenção do Governo. O porto de Natal foi um das principais preocupações por parte dos governadores. A mensagem do secretário de Estado Henrique Castriciano, em 1905, revelava uma preocupação em se saber o que fora feito no porto. Assim sendo, solicitara ao engenheiro e responsável pelos serviços no porto, Pereira Simões, um histórico dos planejamentos e das execuções bem como das comissões criadas para cuidar dos melhoramentos do porto entre 1860 a 1900³⁷. O engenheiro, ao fim do seu relatório enfatizou as melhorias empreendidas por ele, como a consolidação das dunas, dragagem e regularização da margem oeste do rio e, por fim afirmando que pretendia dar continuidade a um projeto que consistiria em diversas medidas, como a necessidade de abrir um canal direto, desimpedindo o acesso de navios de maior tonelagem, fundamental para o escoamento de produção bem como o recebimento de produtos o mais diversos.³⁸

É importante ressaltar que Natal nesses primeiros anos do século XX era uma cidade isolada entre as dunas e o mar e que se fazia necessário um porto mais adequado, construção de ferrovias, estradas de rodagens para acabar com esse isolamento, considerado danoso para

³⁵ Cf. ARRAIS, Raimundo. *Crônicas de origem*, p.28.

³⁶ *Diário de Natal*, 14 out. 1905.

³⁷ Para maiores detalhes acerca do desenvolvimento dos serviços de melhoramento do porto ver: RIO GRANDE DO NORTE. [Secretário Henrique Castriciano] *Relatório apresentado ao Exm. Dr. Augusto Tavares de Lyra lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 1904*, p.21-26

³⁸ É importante ressaltar, que Natal não dispunha de muitas rotas de entrada e saída. Só se saía de Natal, por mar, pelo trem e por uma estrada que ligava Natal a Macaíba acompanhando a estrada de ferro.

este que
foi o
bairro de
Natal criado
baseado em
uma perspectiva
histórica, ou em
uma perspectiva?

a época. Cristóvão Dantas, ao discorrer sobre o atraso da cultura canavieira do Estado exemplificou muito bem o quão prejudicial era a falta de um adequado sistema de transportes:

Não resta dúvida, já que nos referimos ao escoamento do produto, que a influência da rede 'Great Western' e o seu péssimo aparelhamento para atender à saída até mesmo da produção açucareira normal do Estado tem atuado de maneira desastrosa sobre as possibilidades de indústria em questão, asfixiando-lhe os surtos naturais de desenvolvimento e expansão.³⁹

Ainda em relação ao porto, uma das obras que beneficiaria a cidade era a reforma e ajardinamento do cais de desembarque que se situava provavelmente no fim na rua que seria posteriormente denominada de Tavares de Lyra, local que era ponto fluvial de entrada da Cidade e que, por isso, concentrava vários estabelecimentos comerciais, principalmente voltados para a importação e exportação (como a Walter Pedrosa S/A de exportação de algodão⁴⁰). Um local que serviria, nas palavras do próprio governador, como “um ponto agradável de reunião e recreio”⁴¹. Anos depois, de acordo com Júlio César, o local se tornou o principal ponto de encontro de carnavalescos e de preparações para as festas cívicas: “A Avenida Tavares de Lyra sempre foi uma das vias da cidade onde foram efetivados os maiores acontecimentos, as maiores reuniões sobre todo e qualquer assunto, não somente pela sua localização, como pelo fato de ser uma rua bem cuidada e de grande freqüência pela população da cidade”⁴²

Nesses primeiros anos, a cidade passava por várias modificações no seu espaço urbano. Essas modificações pouco alteraram a malha urbana em si, privilegiando uma modelação mais estética, contando com apenas o reordenamento de algumas poucas ruas – mesmo porque, várias ruas da cidade já eram mais ou menos alinhadas conforme mostram as figuras 01 e 02. As fotos, tiradas do alto do campanário da Igreja Matriz, na Cidade Alta possuem aproximadamente mais de 20 anos de diferença uma em relação à outra, sendo a primeira tirada no início do século e a segunda tirada em meados do século⁴³. Ambas mostram a Praça da Alegria⁴⁴. Pode-se ver que pouco mudou nesse período de quase um século no

³⁹ DANTAS, Cristóvão. *A República*, 23 jul. 1924.

⁴⁰ Para maiores detalhes ver ANDRADE, Júlio César de. *Comerciantes e firmas da Ribeira (1924 – 1989): reminiscências*. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

⁴¹ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] *Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 22 de janeiro de 1905*, p.9-11.

⁴² ANDRADE, Júlio César. *Comerciantes e firmas da Ribeira (1924 – 1989)*, p.52. Observa-se que o memorialista adota a toponímia atual da avenida.

⁴³ A fotografia não possui uma data, porém se infere que seja entre a década de 30 e 40, pois o busto do padre João Maria – no centro da figura 02 - somente foi inaugurado em 1921.

⁴⁴ Atualmente denominada de Praça João Maria.

tocante ao traçado das ruas, permanecendo a configuração original do início do século até os dias atuais. Porém as fotos mostram que as residências sofreram diversas reformas, melhorando a sua aparência física e ganhando calçadas e algumas até um primeiro andar. O estilo adotado foi uma adaptação do neoclássico, com composições simétricas tomando a forma de painéis com imitações de colunas greco-romanas e janelas emolduradas, tendo no centro do conjunto um frontão triangular também em estilo greco-romano.⁴⁵

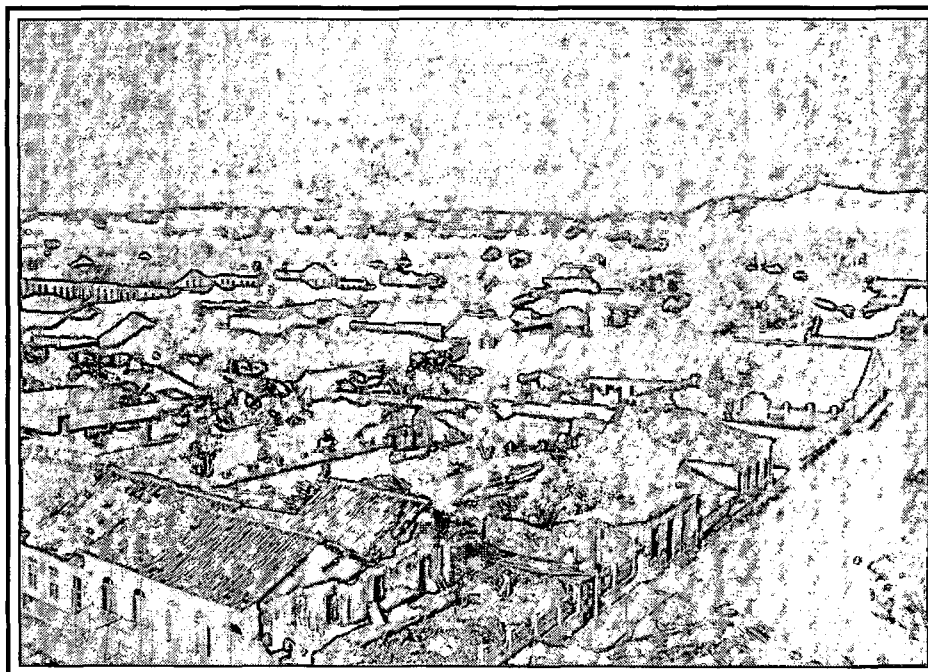


Figura 01 – Praça da Alegria, c.1904. Observa-se que a referida praça não passava de um terreno baldio sem árvores ou bancos.
Fonte: IHGRN

⁴⁵ NESI, Jeane Fonseca. Arquitetura do Rio Grande do Norte. In Caminhos a Arte...p.44

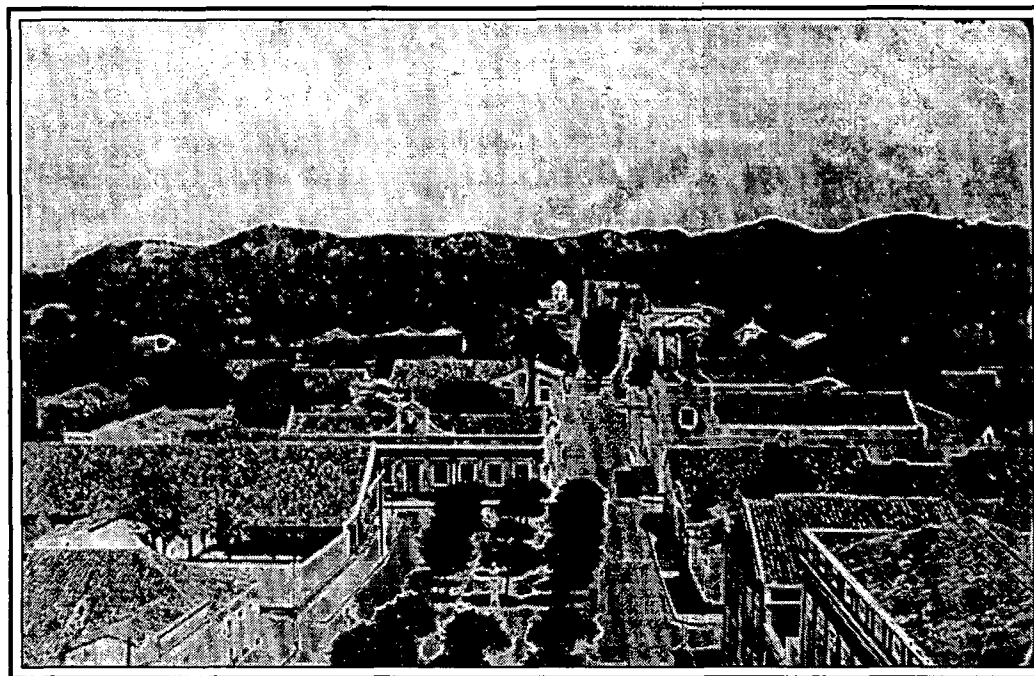


Figura 02 – Praça da Alegria. Foto em meados do séc XX. A praça, arborizada e calçada é um exemplo da ação governamental para estruturação da cidade no sentido de prover espaços públicos de convívio.

Fonte: Foto Jaeci

Sobre as calçadas das residências, como ocorreu em outros lugares, é importante assinalar que estas foram, na maioria dos casos, impostas pelo Estado – e essa imposição sofreu resistência por parte dos moradores em diversos momentos o que pode ter acarretado no seu aparecimento muito tardio em Natal, pois como observou Nestor Goulart Reis as inovações urbanísticas nas grandes cidades brasileiras como o aparecimento de ruas calçadas e passeios junto as casas datam do período entre 1800 a 1850⁴⁶. Um exemplo disso é a resolução municipal de número 63, publicada no Jornal *A República* de 1902, que obrigava os moradores das casas entre a Rua do Meio e o Beco ^{da?} a Lama, entre a Travessa Ulisses Caldas e a Praça da Alegria a construir calçadas tanto na frente como atrás das suas residências⁴⁷. Praticamente não havia nenhuma varanda com calçadas nas suas frentes em praticamente todas as extensões das ruas⁴⁸. As ruas de Natal não possuíam nenhum tipo de calçamento, o que propiciava diversos alagamentos e formação de poças de lama, dificultando o trânsito de pessoas e conduções de tração animal. Essa falta de ordenamento e falta de uma homogeneidade a construção das residências natalenses não deixou de ser percebida por um visitante, que deixou registro em um artigo do jornal *A República*:

⁴⁶ GOULART FILHO, Nestor. *Quadro da arquitetura no Brasil*, p.38.

⁴⁷ *A República*, 14 abr. 1902.

⁴⁸ É somente no século XX que se observa o surgimento de casas com jardins frontais.

- Noto que a cidade pelo alinhamento das ruas e pela construção das casas assemelha-se a um museu de arquitetura prehistorica. Vocês não tem governo municipal?

- Temos; e do melhor. O Coronel Quincas Moura nasceu talhado para a presidência da intendência.

- Como se explica então esse ecletismo de construções e alinhamentos?

- É que o governo municipal pelo seu digno e honrado presidente, é compadre da metade da nossa população e padrinho do resto: não pode mandar fazer calçadas nem reconstruir prédios.⁴⁹

O que se pode verificar nesse momento é que além da falta de recursos por parte do Governo, as suas ações nas obras públicas pouco contribuíram para um desenvolvimento urbanístico propriamente dito, limitando-se a uma incipiente reordenação das ruas, arborização e embelezamentos diversos era impossível por parte do Estado em impor políticas urbanas devido às questões ao patrimonialismo que ainda se encontrava enraizado em Natal. No momento que o autor do artigo reforça que o intendente municipal não conseguia levar a cabo os serviços de calçadas e de alinhamento das casas é um exemplo de como as relações pessoais eram misturadas a interesses políticos – quase um mês depois da resolução ter sido veiculada no jornal oficial, o artigo demonstrou que esta resolução se tornaria, provavelmente, letra morta.

Ao mencionar as políticas públicas do período, Giovana Paiva observa que “não foi possível distinguir quando as obras eram financiadas pelo Governo do Estado ou pela Intendência Municipal, pois não havia muita separação entre essas duas instâncias administrativas em Natal”⁵⁰. De fato, não existia uma diferença entre quem era o responsável pelas obras na cidade, sendo fundamentalmente os governadores, através de suas mensagens que se responsabilizam pelas ações empreendidas em Natal o que pode ser um início da manutenção de uma política oriunda do período imperial em esvaziar o poder do município, eliminando a sua autonomia e criando um laço de dependência em relação ao governo estadual. Pouco se tem, de informação de forma documental sobre as ações da Intendência da cidade – pelo menos não foram encontradas durante essa pesquisa. Um dos poucos exemplos dessa sistematização na cidade aconteceu em 1903, com a colocação de placas com os nomes das ruas e praças da cidade⁵¹.

Outras obras e ações do poder público privilegiaram o bairro da Cidade Alta, como o calçamento de diversas ruas, em destaque a Avenida Nova⁵² e as ruas ao redor do Palácio do

⁴⁹ A República, 06 mar. 1902.

⁵⁰ PAIVA, Giovana. De cidade a Cidade, p.39

⁵¹ CASCUDO, Câmara. História da cidade do Natal, p.480.

⁵² Atual Avenida Rio Branco

Colocar
como
nota

Governo, recém inaugurado nas suas novas funções. Além disso, foram adquiridos novos prédios, como o palacete vizinho à Matriz, que seria entregue ao Instituto Histórico e Geográfico e da compra de uma casa vizinha⁵³ do lado sul para aumento do Palácio do Governo e o início da construção do Congresso Estadual⁵⁴ que seria inaugurado um ano depois, na gestão de Melo e Souza.⁵⁵

Durante esse período outro destaque nas obras públicas foi a conclusão e reformas no Teatro Carlos Gomes, com o aterramento e ajardinamento da praça circunvizinha ao teatro⁵⁶. O Teatro Carlos Gomes teve sua obra iniciada em 1898 e inaugurada em 1904 pelo Governador Alberto Maranhão. Jeane Nesi aponta a obra como um marco tanto na arquitetura como no modo de pensar da elite natalense, uma obra arrojada que teve sucessivas reformas depois de inaugurado, se configurando na sua forma atual. Inicialmente concebido em forma de Chalé, foi reformado em 1910, por Herculano Ramos. Adotou-se uma fachada rebuscada com um estilo eclético e com elementos *art nouveau*.⁵⁷

⁵³ Apesar do Governador citar a compra de apenas uma casa, as fotografias da época mostram que há pelo menos três casas no local que posteriormente os jardins do Palácio. Nas mensagens posteriores não há menção sobre a compra das outras casas.

⁵⁴ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 14 de julho de 1906**, p.5-6. O Congresso Estadual é atualmente a sede da OAB do Rio Grande do Norte.

⁵⁵ Por ocasião da visita e do posterior convite do então Presidente da República Afonso Pena para que o Governador Tavares de Lyra assumira o Ministério da Justiça, assume o seu vice, o Dr. Manoel Dantas encarregado de convocar novas eleições, saindo-se vencedor Antônio José de Melo de Souza, ocupando a governadoria até 1908.

⁵⁶ Posteriormente denominado de Teatro Alberto Maranhão.

⁵⁷ NESI, Jeane Fonseca. **Arquitetura do Rio Grande do Norte**, p.53-54.

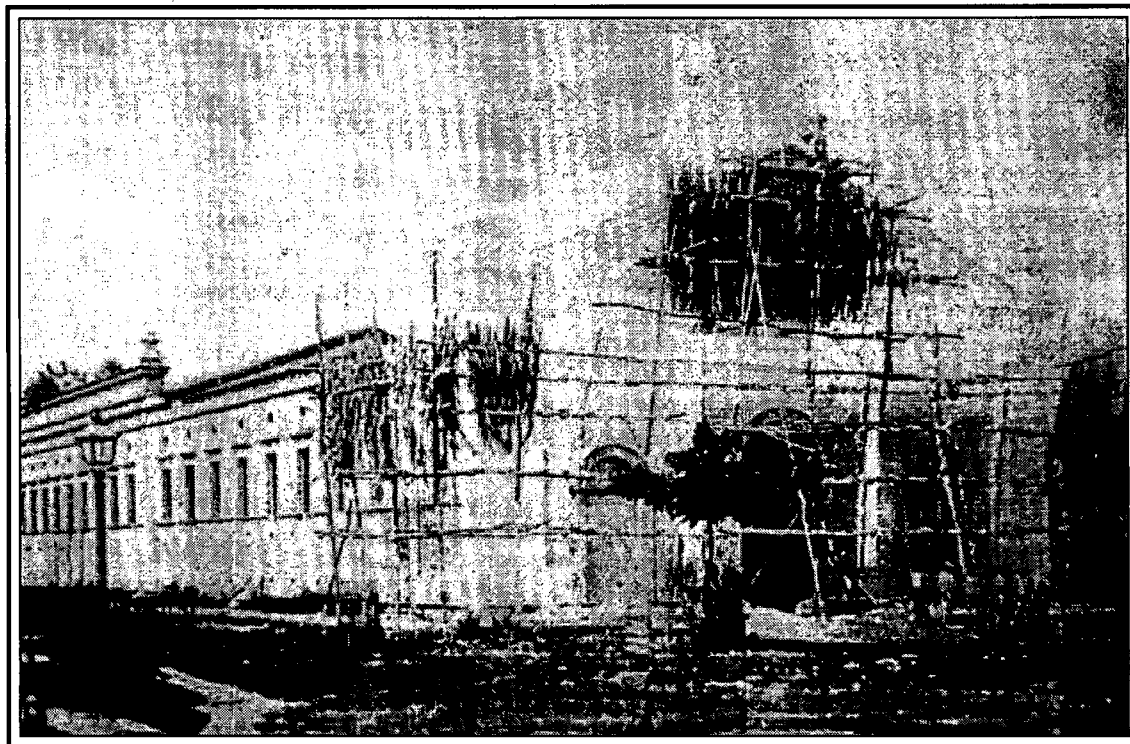


Figura 03 – Teatro Carlos Gomes, fotografia provavelmente feita durante umas das reformas entre os anos de 1904 a 1910.

Fonte: IHGRN

O segundo momento de planejamento urbano na cidade no Natal começa a se desenhar na década seguinte com obras públicas sendo direcionadas para os serviços urbanos e a integração com o interior do Estado, de onde provinham nesse período os principais produtos de exportação: o algodão e o sal. Com o declínio da cana de açúcar nas regiões próximas ao litoral, surge o algodão como nova fonte de renda do Estado.

Houve fatores que possibilitaram essa mudança no eixo econômico para Rio Grande do Norte. No Brasil, houve a consolidação do regime republicano, o fim do trabalho escravo e conseqüente imigração de mão-de-obra estrangeira com a transferência de capitais da cafeicultura para a indústria, acelerando a marcha demográfica de São Paulo e Rio de Janeiro.

Como fator externo, a Primeira Guerra Mundial impossibilitou a comercialização de diversos produtos entre os países envolvidos na Guerra o que possibilitou um desenvolvimento da indústria têxtil brasileira e como conseqüência aumentou a demanda pelo algodão. Graças ao solo e clima propícios para a cotonicultura, o Rio Grande do Norte se tornou o principal produtor de algodão do Brasil⁵⁸. As palavras de Rocha Pombo assim assinalam essa mudança no eixo econômico:

⁵⁸ SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930), p.48

A produção do assucar, de uns 30 anos para cá tem decrescido, mais em consequência da alta excepcional do algodão que devido a causas de outra natureza. (...) A cultura do algodão constitue hoje a grande riqueza do Estado. Basta ver que no activo commercial entra elle com cerca de quatro quintos do valor da exportação em globo.⁵⁹

Essa mudança no eixo econômico vai também acarretar numa gradual mudança no eixo político. As oligarquias que estavam ligadas ao litoral e ao açúcar estavam perdendo espaço para a oligarquia do Seridó, culminando na eleição de José Augusto Bezerra de Medeiros ao cargo de governador do Estado. Marta Araújo afirma que foi a partir do apoio que José Augusto deu a Ferreira Chaves em 1920 que o centro político começou a se deslocar para a zona algodoeira-pecuária do Seridó, pois o algodão Mocó era fundamental, segundo a pesquisadora “aos interesses externos do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano que (...) apropriaram-se da esfera da comercialização da mercadoria”⁶⁰.

Em 1914, na gestão de Ferreira Chaves, as obras públicas vão sendo direcionadas a diversos reparos em alguns prédios públicos como o que se encontrava instalado o gabinete médico-legal, além da necessidade de ampliação dos prédios ligados ao Serviço de Higiene e Assistência pública como o Hospital Juvino Barreto, dos asilos e Isolamentos, pois o número de indigentes e de enfermos estava além da capacidade de internação e cuidados⁶¹. Havia também a preocupação com as instalações da Penitenciária do Estado que se encontrava com péssimas condições de higiene. Essa preocupação com a saúde pública que se toma corpo no governo de Ferreira Chaves se fundamenta a partir das concepções médicas higienistas que vigoravam desde o século XIX e que, de forma incipiente, começavam a adentrar nos discursos dos governantes.

É neste ano que se inicia a construção da Estrada de automóveis ligando Macaíba a Santa Cruz, e, por conseguinte o litoral ao Seridó e que traria, de acordo com o pensamento da elite da época, num eventual progresso para o Estado – esse clamor pelo progresso através dos intelectuais do norte riograndenses será discutido no capítulo 2). Segundo Ferreira Chaves, a “construção dessa (estrada) e de estradas congêneres, as quaes, determinado o augmento da produção e a expansão do comercio, concorrerão, de modo decisivo, para o nosso

⁵⁹ Em 1913, num valor total de 5.437:902\$820 de produtos exportados, o algodão em pluma entrou com 4.277:762\$310. POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. p.487

⁶⁰ ARAÚJO, Marta Maria. *José Augusto de Medeiros*: político e educador militante,. p. 80.

⁶¹ Outrora denominado de Hospital da Caridade e transferido para o monte Petrópolis, onde se encontra até hoje sob a denominação de Hospital Universitário Onofre Lopes.

desenvolvimento econômico”⁶². Tinha-se como intenção assim integrar as diferentes áreas do Estado, principalmente motivadas pela necessidade de escoamento de produção do algodão e do sal.

Dois anos depois, seria inaugurada parte da Estrada entre Macaíba e Santa Cruz, e seriam ampliadas as linhas telegráficas para o interior e construção de estradas de rodagem além de diversas obras de combate a seca com a construção de diversos açudes – tanto públicos como particulares – e a perfuração de poços artesianos. Outra obra de integração com o interior foi a retomada da construção da Estrada de Ferro Central.

No governo de Ferreira Chaves os recursos disponíveis para a capital foram utilizados para empreender diversas obras que se encontravam paralisadas como a drenagem e o calçamento de paralelepípedo da Avenida Tavares de Lyra, construção do quartel do corpo de bombeiros (cujo terreno, localizado na Ribeira, foi comprado no ano anterior), reparos e adaptações nos dois quartéis de polícia, além do calçamento da Praça Pedro Velho dando início à construção do novo Ateneu e da Escola Normal e com a introdução de melhoramentos na Avenida Tavares de Lyra e a construção da Praça Leão XIII, na Ribeira.

Porém as obras que mais se destacaram foram para atender ao público em geral, principalmente nas áreas de saúde, em especial ao Hospital de Caridade e ao asilo João Maria, que inicialmente fora abrigo para órfãos e que posteriormente abrigara os doentes de tuberculose, e se situava no monte Petrópolis, onde está atualmente o Centro de Turismo, e o asilo João de Deus, local para os enfermos acometidos de varíola.

Vê-se principalmente que a ênfase do governo no tocante as obras públicas na capital foram orientadas para garantir à população de serviços públicos de importância como Educação, saúde e ordem pública e de melhorias das principais praças e construção de outras tanto na Cidade Alta (a Praça Sete de setembro), na Ribeira (Praça Leão XIII) e na Cidade Nova (a Praça Pedro Velho). Os principais bairros, como a Cidade Alta e a Ribeira, também foram de certa forma, igualmente privilegiados com essas e outras melhorias, dotando a capital de uma melhor organização no tocante a higiene e de forma mais objetiva e pontual e não somente com embelezamentos e ajardinamentos, vistos possivelmente com desperdício do dinheiro público. Num artigo de 1903 do Diário de Natal acusa o esbanjamento dos recursos para com obras caras como o Teatro e as derrubadas das ruas do centro para “formar jardins e adaptar o palácio á residência oficial do governo”⁶³.

⁶² RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Ferreira Chaves] Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1914, p.21

⁶³ Diário de Natal, 29 set. 1903

É certo que nos primeiros anos do século XX, a necessidade de embelezamentos e ajardinamentos encontrava respaldo numa tentativa de transformar Natal numa cidade mais agradável, aproximando-se em certa medida do Rio de Janeiro que como principal porto do país e capital da República deveria representar a vitrine do Brasil para atrair os investimentos, sobretudo os estrangeiros. Era a primeira tentativa de uma organização sistemática urbana da Capital Federal.

A década de 20 também não foi um grande período para o Estado que passava por uma crise econômica⁶⁴. A falta de condições financeiras era uma justificativa para que o governador Melo e Souza não efetuasse grandes obras públicas, nem as que ele considerava importantes: “Sabida a nossa actual insuficiência de meios, é claro, não seria possível cogitar da construção de quaesquer obras embora ainda de muitas careçamos”⁶⁵. A década de 20 reflete uma mudança na orientação dos recursos para as obras públicas. Evitava-se o dispêndio em obras de pura estética para se voltar para pontos fundamentais, segundo o governo, de importância pública⁶⁶. Os gastos em obras públicas, de acordo com o governador só foram feitos não para “(...) melhoramentos ou embellezamentos, mas para conservação a fim de evitar maior dispêndio próximo”⁶⁷. Em 1919, uma grande seca reduziu pela metade a exportação do algodão assim como ocorreu durante as secas de 1915 e 1916⁶⁸. Não obstante, acarretaram a baixa arrecadação de impostos e a subsequente redução de recursos destinados às obras públicas no Estado. Nesse ano, praticamente não houve nenhuma menção a qualquer obra realizada na cidade.

É nesse período que apareceram os primeiros indícios de iniciativa mobilizada por uma parte população no intuito de auxiliar o governo para empreender serviços de ordem pública no espaço urbano de Natal. Um exemplo foi no começo da década de 20 a qual verificou-se que recursos foram enviados para uma comissão de comerciantes que estavam à frente de uma obra de nivelamento e aterro de duas ruas a fim de melhorar o trânsito de

⁶⁴ Em detrimento ao período anterior, entre os anos 1917 a 1919, na qual o governador Ferreira Chaves sempre ressaltou que o Estado possuía recursos suficientes para levar a cabo os serviços de obras públicas tanto na capital como no Estado.

⁶⁵ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Antônio de Melo e Souza] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1920**, p.37.

⁶⁶ Entre as obras priorizadas encontra-se a manutenção na casa de Detenção, melhoramentos no Orfanato João Maria que também necessitava de uma nova ala para os mendigos e também de área na área de saúde e educação (a aquisição de um motor para o Hospital Juvino Barreto e a limpeza da Escola Normal podem ser tomados como exemplo)

⁶⁷ Ibid., p.37

⁶⁸ SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930)**, p.53.

automóveis⁶⁹. Vê-se que os automóveis começaram a adquirir importância na vida urbana em Natal. Adherbal França assinalava, em 1926, que o automóvel conquistara uma posição impar na sociedade do período:

Esse movimento progressista é a época de uma grande reforma social decisiva. O automóvel realiza tudo multiplica a riqueza pela simplificação dos negócios. Embelleza a cidade pela transformação dos aspectos e engrandece-a com a velocidade de um transporte rápido e ultra-moderno. Tudo se consegue a custa do seu prestígio.⁷⁰

Com a consolidação do algodão como principal produto do estado, a integração entre o interior do Rio Grande do Norte e Natal se tornou umas das principais prioridades para a administração pública. O governador Melo e Souza, assim reconhecia que “a economia do Estado depende cada vez mais da cultura do Algodão”⁷¹. Portanto, as políticas para as obras públicas, controladas pelos representantes da oligarquia seridoense, voltavam-se para atender justamente os interesses da elite algodoeira.

Da mesma forma, os serviços de obras públicas ^{estavam} estão orientados para o interior, com a execução de saneamento rural, tendo participação do futuro governador do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, e dispondo de recursos para que os municípios pudessem construir estradas de barro, além de dragagem e abertura dos rios Trairi e do canal do Tibau.

Inicialmente, as obras que sempre tiveram um foco central foram a Praça Augusto Severo e o Teatro Carlos Gomes. No início do século XX, a maioria das obras citadas nas mensagens dos governadores visava obras de aterramento, ajardinamento e calçamento das áreas contíguas ao Teatro e a Praça. Entendia-se, no período, que essa área era o principal problema urbano da cidade por causa dos alagamentos e o aspecto doentio que aparentava suas águas paradas e o mau cheiro – temor por parte dos médicos da época, influenciados pelas teorias miasmáticas. Tais alagamentos das áreas da Ribeira sempre foram bastante observados por pesquisadores e testemunhas do período e estes concordavam que era o principal foco gerador de diversos problemas para o bairro. Com a sua solução parcialmente executada, voltou-se então para a necessidade de construção de galerias de esgoto e de nivelamento de diversas áreas, obras que o Governo não tinha condições de executar

⁶⁹ Na mensagem, não há relação de quais ruas foram beneficiadas. Nas pesquisas não foi encontrada nenhuma outra menção sobre outra parceria entre os setores público e privado para melhorias na cidade salvo quando em eventos festivos e mesmo assim ante a oferta de prêmios por parte do Governo.

⁷⁰ FRANÇA, Adherbal. **Vida profana**, p.13

⁷¹ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Antônio de Melo e Souza] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1922**, p.48.

paralelamente. Direcionaram-se recursos para outras áreas da cidade como a construção de outras praças, arborização e calçamento de diversas outras ruas.

Porém, ao se estender para a década de 20, as ações estatais foram se voltando para a criação de escolas, aparelhamento de hospitais e asilos e principalmente obras de combate à seca e obras que visavam à integração da Capital ao interior, principalmente as zonas de produção para exportação de produtos como o sal e o algodão.

O quadro a seguir demonstra de que forma foram gastos os recursos do erário, público tomando-se como base outras áreas de atuação do governo, como ^Ainstrução pública e magistratura e ministério público, pontos comuns em todos os períodos analisados⁷². Nota-se que nos anos de 1903 a 1905, os gastos com as obras públicas foram equivalentes aos empregados na magistratura (com o pagamento de salários e comissões). Em 1906, com a aquisição de prédios, desapropriações e calçamentos que os recursos dispendidos para o item obras públicas praticamente dobra em relação aos anos anteriores. Os gastos com a instrução pública e magistratura pouco se alteram, mantendo-se sempre no mesmo patamar.

Entre 1917 a 1919 os recursos públicos priorizaram a construção de estradas de rodagem, no caso a rodovia Macaíba-Santa Cruz. Os valores somados ultrapassam e muito que foi gasto em obras públicas em 1919. Somente em 1923 os recursos foram destinados principalmente para os serviços de utilidade pública pouco ou quase não foram mencionados nos períodos anteriores, como mostra o quadro abaixo:

⁷² A partir de 1907, há uma unificação de todos os relatórios (Relatório do Inspetor de Higiene, da Polícia, Tesouro do Estado entre outros), dentro de um único Relatório, uma espécie de síntese dos principais pontos em que cada Repartição anteriormente fazia nos seus relatórios anexos. Essa síntese deixou de lado alguns detalhamentos como tabelas de gastos e outras informações pertinentes.

QUADRO 01
COMPARATIVO DE GASTOS PÚBLICOS – Governo do
Rio Grande do Norte 1903 a 1923

<i>Período</i>	<i>Destinação</i>	<i>Recursos dispendidos</i>
1903 a 1904	Instrução Pública	118.120\$207
	Magistratura e ministério público	141.143\$471
	Obras públicas	145.104\$359
1905	Instrução Pública	113.274\$055
	Magistratura e ministério público	143.096\$463
	Obras públicas	155.523\$215
1906	Instrução Pública	114.136\$400
	Magistratura e ministério público	143.572\$922
	Obras públicas	235.031\$988
1917	Estradas de rodagem	285.000\$000
1918	Estradas de rodagem	372.784\$280
1919	Estradas de rodagem	1.114.060\$455
	Obras públicas	1.465.060\$228
1923	Serviços urbanos (Capital)	1.314.417\$680

Fonte: Mensagens dos Governadores, 1903 a 1923.

Entre 1903 a 1906, os recursos empregados em obras públicas somam a quantia de 535.659\$562, valor inferior ao empregado nas estradas de rodagem no biênio 1917/1918 no valor de 657.784\$280. Em 1919, é retomada a utilização de recursos para as obras públicas (na capital e no interior do Estado) e somente em 1923 que é assinalado, pela primeira vez, recursos para serviços urbanos na Capital como a construção de galerias de esgoto, iluminação pública, entre outros.

Outra tônica comum no período estudado é a proverbial falta de recursos que os governadores apontam como o principal entrave para maiores empreendimentos públicos na cidade, limitando-se muitas vezes a fazer pequenos reparos e a manter o que já havia sido construído.

2 A CIDADE IDEAL – NATAL NA VISÃO DE INTELLECTUAIS E MÉDICOS

Nos primeiros anos republicanos, as novas elites dirigentes começavam a procurar maneiras de se moldar segundo modelos estrangeiros de estruturação das cidades. A elite dominante da época, através dos seus intelectuais, defendia uma mudança no viver urbano brasileiro ao mesmo tempo em que enfatizava o Estado como o único capaz de levar a cabo tais transformações.

Esses intelectuais, “fascinados com as ‘novidades’ que chegavam da Europa, com a ciência e o ‘progresso’ europeu”, começaram a perceber as cidades brasileiras sob uma nova ótica, comparando-as diretamente com os modelos europeus⁷³. Essa comparação acarretou numa visão negativa das nossas cidades, vistas como atrasadas em relação às cidades européias. Nossas cidades possuíam traços coloniais que precisavam ser afastados na medida que o Brasil caminhava para um pretenso progresso. Havia uma crença quase resignada na infalibilidade do progresso que se projetou na mente das elites brasileiras as quais tentavam reduzir a realidade brasileira concebendo-a como fruto das mazelas coloniais e escravistas e ajustando-a para se encaixar aos padrões das missões civilizadoras da Europa⁷⁴.

Alguns desses traços coloniais seriam as ruas estreitas e sinuosas, a falta de sistemas de esgoto e abastecimento de água, casas construídas sem princípios estetizantes vigentes, mas também havia um outro traço colonial que precisava ser ultrapassado e que estava além do concreto. As cidades coloniais eram estritamente locais de encontros esporádicos daqueles que viviam nas fazendas. Elas eram utilizadas para o convívio social e serviço religioso assim como local da administração da província. Com o desenvolvimento do modelo capitalista e decorrente aumento de especializações técnicas nas novas formas do viver urbano, a cidade também necessitava mudar o seu enfoque funcional.

Essa mudança de orientação, durante os primeiros anos do Brasil republicano, fazia com que um novo pensamento sobre a cidade fosse construído e moldado segundo esses exemplos importados. Porém, apesar do pensamento urbanístico do início do século XX estar ligado à idéia de reforma social, houve de certa maneira uma adaptação desse modelo às reais necessidades da sociedade brasileira.

A cidade capitalista européia, fruto de um processo iniciado no início da Idade Moderna, através de constantes transformações, tornou-se essencialmente urbana a partir do período do final do séc. XIX. Assim, os problemas urbanos começaram a se acentuar, diante

⁷³ HERSCHMANN, Michael, PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O imaginário moderno no Brasil*, p.23-24

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*, p.27.

do aumento populacional nas cidades decorrente do êxodo rural, em busca de oportunidades de trabalho e sem condições dignas de qualidade de vida. A partir daí, várias cidades cresceram em tamanho e população e se transformaram em metrópoles, extrapolando seus limites territoriais e se caracterizando por uma mobilidade social e no amadurecimento das identidades de classe. Em conjunto com a alta densidade populacional, criaram uma cidade heterogênea e múltipla, possibilitado principalmente por reunir condições históricas e econômico-sociais que desencadearam as revoluções no modo de pensar e construir a realidade⁷⁵.

Como contraponto, temos a cidade colonial brasileira que foi fruto de especulação comercial agrária e exportadora, possuindo duas atividades econômicas: a primária e a terciária. Uma cidade que não possuía uma característica urbana propriamente dita – em comparação as cidades européias – sendo apenas um local de encontro para troca de mercadorias. Não havia a possibilidade de mobilidade social e contava com uma estrutura social rígida, não permitindo a diversificação múltipla encontrada na cidade européia. Dessa forma, os modelos que foram adotados visavam manter a distância entre os elementos constituintes da sociedade brasileira, notadamente a elite e as camadas populares, focando em um ponto importante: a questão social.

Quando os intelectuais se debruçaram sobre a realidade brasileira no início do século XX, não concebiam uma divisão entre as questões urbanas e as questões sociais. Tentativas de formulação de políticas específicas visavam a um controle social, e percebendo pela primeira vez as classes insufladoras denominadas de perigosas⁷⁶. Essa denominação de “classes perigosas” foi cunhada através de correntes políticas que se diferenciavam do pensamento da República cidadina. Essas correntes entendiam que o Estado não poderia adotar modelos europeus para a construção de uma nação urbana, mas que o Brasil deveria retornar a sua verdadeira identidade agrária e fundiária. Seus defensores viam as cidades como lugares artificiais e corruptos, permeada pelas “classes perigosas” que atentavam contra os bons costumes e a moralidade da época. Em Natal, durante esse período, o principal defensor dessa corrente seria Eloy de Souza, que através do pseudônimo Jacinto Canela de Ferro, “mostrava tão radicalmente partidário dos costumes do sertão, em contraposição aos da capital que se recusava a dirigir palavras simpáticas aos melhoramentos que todos na cidade receberam com aplausos inchados de orgulho”⁷⁷.

⁷⁵ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A cidade controlada: Santos 1870 – 1913*, p.312-313.

⁷⁶ *Ibid.*, p.311-312.

⁷⁷ ARRAIS, Raimundo. *Crônicas de origem*, p.36.

Ana Lúcia Duarte ao se debruçar sobre essas “classes perigosas”, argumenta que essa visão sobre as “classe^{elas}s perigosas” era importante para a época, pois legitimava os instrumentos legais de intervenção, reforçando as diferenças sociais através da modificação dos espaços urbanos⁷⁸.

É importante entender que inicialmente, o pensamento social de controle através de um planejamento urbano teve tendências sociais distintas em períodos determinados no século XX, através de situações localizadas e, portanto de caráter mais regional (como, por exemplo, Rio de Janeiro, Recife, Santos, entre outros).

É justamente esse caráter regional e localizado dos planejamentos urbanos que resultou na falta de uma maior integralização do território. Foi adotado somente e inicialmente nas cidades litorâneas que se voltavam para o exterior e que não seriam modelos de modernização para as demais cidades brasileiras⁷⁹.

A essa fragmentação no modo de ordenação espacial urbana brasileira teve como principais características uma incerteza quanto à divisão entre a questão urbana e a questão social, e a ação de diferentes correntes políticas que lutavam para definir o papel da cidade dentro da sociedade brasileira.

Porém esse discurso só se restringia às elites dirigentes, pois havia um distanciamento entre as classes sociais – as elites como as camadas populares – que justificava uma fragmentação numa relação mais estreita entre essas duas classes criando dessa forma um abismo econômico e social entre os mesmos. Nas palavras de Luiz César de Queiroz, a essa falta de unidade que se originou o pensamento voltado para uma Nação e não no povo, um Estado “sem povo”. É nesse meio que surgiram os intelectuais que seriam os únicos capazes de encontrar as respostas para a construção da nacionalidade através da única instituição capaz de promover tal intento: o Estado⁸⁰.

Seria então a partir do Estado que no meio o qual o espaço urbano estava inserido poderia ser moldado conforme modelos próprios, adaptados de modelos estrangeiros. O Estado, assim, toma a frente para a modelação da cidade e do espaço que ela ocupa.

Porém, nos primeiros anos de intervenção estatal sobre o espaço urbano, não houve uma configuração plena de um modelo urbanístico organizado, pois não se considerava a cidade em sua totalidade, promovendo apenas intervenções localizadas⁸¹. Intervenções essas

⁷⁸ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A cidade controlada*: Santos 1870 – 1913, p.320.

⁷⁹ *Ibid.*, p.313.

⁸⁰ CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Da cidade a nação*: gênese e evolução do urbanismo no Brasil, p.56-58.

⁸¹ *Ibid.*, p.58-60.

com finalidade de embelezamento e que associava a cidade a um local de desordem expressando o atraso do Estado brasileiro em relação às metrópoles internacionais. Na medida que se tendia a estreitar os laços com a “civilização moderna” modificou-se para uma “negação do passado colonial, dos indígenas almejando se aproximar do modelo europeu”⁸².

Por isso, as intervenções no espaço urbano das cidades visavam a criar uma nova cidade, adotando estilos europeus (o ecletismo foi uma das marcas do período) e construindo edifícios e monumentos que se tornariam uma marca concreta desta nova condição. Para tanto, a modernização é a tônica das intervenções, marcada por um caráter excludente, pois tentou afastar as camadas sociais das áreas a serem remodeladas através:

De padrões de referência já estabelecidos: as largas avenidas, os viadutos ou saneamento urbano, com a ‘varrida dos pobres’ do centro da cidade, eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e civilização. Exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de ‘ser’ e ‘parecer’ moderno.⁸³

Assim, a idéia proposta por Sandra Pesavento sobre essa modernização excludente, encontrou respaldo em Luiz César, que afirmava que as melhorias tinham como objetivo a construção de uma cidade moderna apenas para uma elite que almejava uma integração aos modelos estrangeiros. O abismo social e econômico também se tornaria espacial. Os pobres, incultos, não participariam desse processo e teriam que ser removidos das áreas a serem modificadas para criar a sensação de modernidade para as elites brasileiras⁸⁴.

Criava-se assim um espaço urbano específico, voltado para as elites que moldaram a cidade por um pensamento idealizado, e que seria moderna e pronta para adentrar ao universo que consideravam o modelo único de progresso. Porém, esse planejamento urbano não tinha um caráter totalizante. Nem todas as áreas da cidade seriam remodeladas para representar esse anseio da sociedade. Apenas seriam contemplados os locais de sociabilidade das elites, criando uma segregação social espacial, pois remanejaria para as áreas periféricas, aquilo que não deveria ser exposto, a miséria da grande parcela da população. Dessa forma o espaço urbano brasileiro seria então:

(...) caracterizado pela edificação de belas casas e palacetes, pela negação do sobrado colonial e das formas de vida nele estabelecidas, pela construção de

⁸² SEVCENKO, Nicolau apud CARDOSO, Adauto Lúcio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Da cidade a nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil**, p.59-60

⁸³ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do espaço**, p.7.

⁸⁴ *Ibid.*, p.58-60.

novos espaços e formas de lazer, pelo aparecimento de lojas, restaurantes, teatros e parques.⁸⁵

Portanto, nesse primeiro momento do século XX, as práticas urbanísticas se voltaram para atender uma necessidade que muitas vezes não condizia com o real. Era uma forma de representação de uma parte da sociedade que queria construir para si uma cidade imaginária, com forte apelo estetizante e bela – segundo os ditames europeus da época – em detrimento das reais condições necessárias para se viver em cidades que em muitos casos havia tido súbitos aumentos populacionais, gerando diversos problemas que até então não haviam aflorado nelas. Dessa forma, não existiu de fato um planejamento urbano, mas sim um “melhoramento urbano”, que teria como plano de ação pontual, com um saneamento incipiente (no caso, aterramento e ajardinamento), construção de praças e alargamento e extensão de vias.⁸⁶

Nesse ínterim, a elite intelectual começara a esboçar a idéia de uma cidade “ideal” e que deveria ser levada a cabo pelo Estado. Esses intelectuais que faziam parte do próprio Estado percebiam a cidade real como uma cidade que precisava de uma intervenção urbanística para que a mesma se tornasse essa cidade ideal.

No Rio Grande do Norte, durante a transição dos séculos XIX e XX, a elite intelectual e a elite governante eram praticamente compostos pelos mesmos indivíduos. É a partir desses intelectuais e das suas influências no meio político que podemos identificar os “articuladores, formuladores e/ou executores do projeto de modernização do Natal”⁸⁷. Dentre esses articuladores pode-se identificar alguns intelectuais que se debruçaram sobre a vida urbana do Natal e revelando nas suas ambições em torná-la uma cidade voltada para o progresso.

Essa participação da intelectualidade dentro do Estado não possuía uma força necessária para influenciar diretamente nas ações públicas na capital e no Estado. Apesar de que durante as primeiras décadas do século XX terem sido marcadas por uma geração de intelectuais o qual todos passaram por algum cargo público, entretanto, os mesmos intelectuais, ao se agregarem em maior ou menor escala aos grupos políticos dominantes, interferiam de forma indireta, através de seus artigos e crônicas, produzindo, sob o ponto de vista simbólico, uma cidade⁸⁸. Essa relação foi caracterizada por uma permanência de “estreitas ligações entre os intelectuais provincianos e os representantes do poder político e

⁸⁵ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A cidade controlada**: Santos 1870 – 1913, p.313.

⁸⁶ DANTAS, Ana Caroline, EDUARDO, Anna Rachel; FERREIRA, Ângela Lucia. De “Bairro jardim” a “favela”: uma trajetória de idéias e propostas urbanísticas, p.4.

⁸⁷ PAIVA, Giovana. **De cidade a Cidade**, p.107

⁸⁸ ARRAIS, Raimundo. **Crônicas de origem**, p.48-49.

econômico local” e que perdurou até a década de 20 quando houve uma mudança de orientação política e econômica diminuindo a dependência entre a esfera cultural e a esfera do poder político⁸⁹.

A principal referência intelectual do período de transição entre os dois séculos é a de Henrique Castriciano. Filho de Eloy Castriciano de Souza e irmão da poetiza Auta de Souza, Castriciano estudou principalmente em colégios pernambucanos. Ocupou diversos cargos políticos sendo o mais destacado o de vice-governador durante os governos de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920) e de Antônio José Melo e Souza (1920 – 1924). Dentro da esfera cultural foi o primeiro pesquisador da cultura potiguar e escreveu diversos textos sobre o cotidiano potiguar, além de ter tido incisiva participação para a implementação de uma educação – tanto de ordem moral quanto acadêmica – em especial voltada para as mulheres.

É através do seu artigo de 1902, intitulado “Theoria orgânica das sociedades” que se pode ter uma idéia das orientações intelectuais que Castriciano defendia. Notadamente positivista, recorreu às idéias de vários filósofos dessa corrente, principalmente Spencer e Haeckel para defender as preposições de Darwin acerca da origem das espécies e, para tanto, traçou um paralelo entre a evolução das sociedades e a evolução biológica da humanidade. Chamou a atenção para as doenças sociais que agem dentro das estruturas orgânicas da sociedade e nas implicações morais acarretadas pelo crescente desenvolvimento das ciências para a humanidade.⁹⁰

Suas impressões, registradas em diversos artigos e muitas vezes adotando pseudônimos, procurava falar sobre os mais variados assuntos e não se furtou em criticar a sociedade natalense com sua vida social incipiente e indolente. Sob o pseudônimo de José Braz, traça, em 1903, uma ferrenha crítica aos costumes dos natalenses comparando-os a uma enfermidade e os acusando de ter como única diversão “fallar da vida alheia na igreja, nas ruas, no teatro, nos bailes, em qualquer parte em que nos achamos, os homens e as senhoras, claramente divididos, parecem pessoas que se conhecem de pouco tempo ou que se detestam mutuamente”⁹¹.

Em 1908, cinco anos depois, Castriciano, desta vez sob novo pseudônimo – João Cláudio – continuava a sua crítica aos vícios sociais do natalense. Ao tratar sobre a comemoração do aniversário do Natal Club via-se inconformado com a contínua apatia da

⁸⁹ ARAUJO, Humberto Hermegildo. **Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte**, p.21.

⁹⁰ Herbert Spencer (1820 – 1903), filósofo inglês que defendia que a filosofia deveria ter elementos precisos no tocante a evolução humana e que a mesma se manteria em constante e contínuo movimento; Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834 – 1919), biólogo e médico alemão, principal propagador das idéias darwinistas. Propunha uma estreita relação entre desenvolvimento da forma e a descendência evolutiva.

⁹¹ CASTRICIANO, Henrique. **Seleto: textos e poesia**, p.185

Por que Castriano não era mais uma cidade de fronteira?

cidade: "Em Natal, porém, é tão grande a falta de sociabilidade, vivemos de tal modo afastados uns dos outros que as associações como o 'Natal Club' devem merecer o carinho de todos, pelo bem que fazem, pela acção civilisadora que exercem"⁹². É interessante perceber a necessidade por parte de Castriano de romper o proposital isolamento das pessoas. Ele propunha uma ligação mais estreita entre o público, no caso o convívio social, com a esfera da vida privada e enfatizando que essa união traria um resultado positivo para a sociedade; a retiraria do seu "viver bisonho", da sua insistente vontade em estar disposta tão somente a passar "a vida entre os cochichos da vizinhança e a contemplação nervanica das ruas desertas"⁹³.

a vida em Natal não é mais a mesma?

o papel de Natal em relação às outras cidades?

Nessa sociedade, portadora do que Castriano denominou de doença social, se somaria mais um fato: o isolamento da Capital em relação ao resto da região. Entendia que a cidade deveria ter sido criada no outro lado do Potengi ou em Guarapes, locais de fácil comunicação com o interior. Em sua posição topográfica, Natal possuía a sua frente o rio com difícil transposição e a leste a sul margeados pelos paredões de dunas que ao ver do intelectual eram lugares imprestáveis para a agricultura.

Assim como Cristóvão Dantas em 1924, Castriano entendia que sem as vias de acesso aos núcleos sertanejos (Caicó, Mossoró, Santa Cruz, entre outros) que preferiam negociar com Recife e Ceará e Paraíba, a economia da cidade foi estrangulada, não dando condições materiais para um desenvolvimento econômico apesar das tentativas por parte do governo em mudar a fisionomia da cidade:

A Republica como que reformou a capital; esta alargou-se, estendeu-se, porém os melhoramentos não alteraram a sua physiomia de aldeia. Esta só poderá ser modificada quando tivermos o commercio que nos trará comunicação, por via-ferrea, do centro; movimento marítimo capaz de nos interessar pelas causas do exterior; prompta circulação urbana; o accrescimento de fortuna particular de modo a permitir a construção de prédios de architettura moderna; os elementos emfim, que, em toda a parte, concorrem para o progresso e para a civilização.⁹⁴

Dessa forma, a cidade se tornou uma "cidade curiosa" sob o olhar de Castriano, pois apresentava ao mesmo tempo um esboço de civilização e bucolismo⁹⁵.

Afirmava que a cidade era um reflexo dessa indolência humana comparando os armazéns próximos ao cais de desembarque a velhos de ceroulas agachados e sujos e as casas

⁹² CASTRICIANO, Henrique. **Seleta**: textos e poesia, p.264.
⁹³ Ibid., p.264.
⁹⁴ Ibid., p.223.
⁹⁵ Ibid., p.221.

a "indivíduos que não cumprem a mais elementar das praticas higienicas, - que não lavam a cara"⁹⁶. Apontava como principal motivo à falta de convívio social numa cidade que não possuía locais de convivência pública. Defendia que somente uma educação moral e preenchimento das horas vagas com atividades saudáveis poderiam sanar esses problemas. Por isso, seu apego às questões de educação, balizadas principalmente do que ele entendia como o principal promotor para a resolução desses problemas: a mulher. Assim ao voltar-se para a educação feminina, com a idealização da Escola Doméstica era uma maneira de redimir a sociedade de suas doenças sociais.

Outra preocupação de Castriciano acerca da cidade do Natal é tocante às questões de higiene da capital. Retomando a sua posição contra a localização do Hospital da Caridade, defendida na sua mensagem ao governo do Estado em 1904, Castriciano escreve sob o pseudônimo de "Y" um artigo defendendo a atitude do então governador Alberto Maranhão em fechar o Hospital da Caridade. Diferente da sua mensagem de 1904, que atentava para a localização inadequada do hospital, Castriciano discorre que as condições materiais do edificio eram de tal modo precários que tornava inadequado o atendimento aos doentes: "O velho casarão onde elle estava installado collidia com as regras mais elementares da hygiene"⁹⁷.

Para Castriciano, outro argumento favorável ao fechamento do hospital foi que além de sua deterioração, não foi projetado especificadamente para o atendimento clínico e que uma reforma seria praticamente inviável:

Si a situação não era má, o edificio fora de tal modo construído, que um estudioso consciencioso determinou o governo a abandonar a idéa de aproveitá-lo, tão elevadas seriam as despesas com as obras de adaptação, ainda assim de incertos resultados. Nessa conjuntura a medida se impunha: trancadas as portas d'aquella casa era uma necessidade inadiável.⁹⁸

Outro intelectual que se debruçou sobre a cidade do Natal foi Câmara Cascudo. Historiador, folclorista, jornalista, Cascudo sempre procurou falar sobre os mais diversos aspectos da vida natalense da sua época. E a cidade do Natal não poderia ser deixada de lado. Antes da publicação do livro *História da Cidade do Natal*, em 1948, Cascudo já vislumbrava uma cidade que se mantinha sob um sono colonial e que ora exaltando a modernidade ora enaltecendo os valores tradicionais que de uma pequena cidade.

⁹⁶ CASTRICIANO, Henrique. *Seleta: textos e poesia*, p.185.

⁹⁷ *Ibid.*, p.196.

⁹⁸ *Ibid.*, p.196.

ta falado sobre a educação, femininas e de: não justo para falar de propriedades. Melhor qual a o melhor que todos os dias.

J

Um bom
destruindo
que
de
de
de
de

Assim como Castriciano, Cascudo apontava que a cidade não possuía uma vida social que convinha a uma capital: “Estamos vendo uma cidade quieta como se aprendesse o movimento com as mumias pharaonicas”⁹⁹. E que esta falta de sociabilidade criava um indivíduo carente de uma higiene moral. Era necessário que espaços de convívio surgissem para evitar que os “Byrons papa-gerimuns” continuassem a perambular sobre as ruas desertas da cidade¹⁰⁰.

Em 1929, ao discorrer sobre a falta de jardins e de flores, num artigo do jornal *A República*, Cascudo se remete a uma saudosa Natal que cultivava flores, uma “quase obrigação de cultivar os palmos de terrinha que se estendiam depois do portão”¹⁰¹. Esse apreço saudosista que ele exulta seja talvez fruto de um romantismo, pois nas fotografias da cidade, quase não há jardins na frente das casas e, ao contrário dos seus quintais, também quase não havia muitas árvores. Essa Natal possuidora de jardins teve início com as inaugurações das praças da cidade, provavelmente após o governo de O’Grady a partir de 1929.

a
d’
de
de
de

Também em 1929, ao tratar do novo plano da cidade, Cascudo traçou em poucas linhas a história da cidade do Natal e que talvez foi o embrião do seu mais importante livro para Natal. Afirmava que a cidade somente existia no papel desde a sua fundação e que só poderia ser realmente caracterizada como uma cidade a partir da década de 20. Delimitou a cidade em três blocos: Ribeira, Cidade Alta e Ribeirinho¹⁰². Retirou propositalmente os bairros “novos” de Petrópolis, Tirol e Alecrim, por entender que devido a terem sido inaugurados há pouco tempo não eram relevantes para a história da cidade. Essa mesma argumentação ele viria a repetir anos mais tarde na introdução do livro *A História da Cidade do Natal*¹⁰³.

Afirmava que a cidade ainda possuía traços coloniais bastante presentes: “O amontoado do casario plantado a vontade dentro de alinhamentos invisíveis deu bem cedo o plano disparatado d’uma cidade em curvas, oblíquas e ângulos agudos” e assim sobre essas ruas de linhas delirantes se deveria impor um traçado reto, um exemplo de correção que deveria ser feito da mesma forma que as cidades de São Francisco, Oakland e Camberra, apontadas por Cascudo, como modelos de uma urbanização eficiente¹⁰⁴. Percebe-se que

de
de
de

⁹⁹ CASCUDO, Câmara. A noite em Natal. *A Imprensa*, 1924.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ CASCUDO, Câmara. A taça florida. *A República*, 1929.

¹⁰² Cascudo não informa claramente qual área seria o Ribeirinho, mas provavelmente seria o Paço da Pátria e a região que ladeava o Rio Potengi.

¹⁰³ Cf. CASCUDO. Câmara. *História da Cidade do Natal*, p.39.

¹⁰⁴ Id. O Novo Plano da Cidade. *A República*, 1929.

mesmo no final da década de 20, o tipo a ser seguido seria fórmulas estrangeiras. A única diferença era que ao invés da influência francesa, tinha-se agora o urbanismo americano de Urwin.

Dessa forma, Cascudo procurava demonstrar que a cidade “triste e macambúzia” era uma cidade que esperava ser retirada do seu manto colonial e que desejava ser inserida ao novo século. Para ele, somente pela ação do homem, personificado pelo Estado, poderia levar adiante esse projeto: “Apenas o braço do homem alinhou racionalmente os valores confuzos que herdamos em nome da cidade”¹⁰⁵. E essa ação só foi promovida a partir de 1929 com a adoção dos primeiros planos urbanísticos de vertente tecnicista¹⁰⁶.

As questões de salubridade e de higienismo também tinham seus defensores entre a elite intelectual. Natal, apesar de possuir um número bem menor de habitantes do que uma cidade como Recife, que contava com uma população numericamente maior, com uma estrutura colonial encravada no seu centro e contando com inúmeros problemas sanitários que propiciavam um quadro endêmico de doenças que a afligiam por todo o seu período. Natal também enfrentava diversos problemas de insalubridade¹⁰⁷.

O Quadro 02 demonstra um crescimento incipiente de Natal durante os primeiros anos do século XX. Um aumento anual de aproximadamente cinco por cento, não representava um grande impacto dentro do espaço urbano de Natal, o que demonstra, diferente das outras capitais, que Natal não possuía uma alta densidade demográfica que provocasse problemas de insalubridade.¹⁰⁸

¹⁰⁵ CASCUDO, Câmara. O Novo Plano da Cidade. *A República*, 1929.

¹⁰⁶ Para entender melhor os planos urbanísticos que foram pensados para Natal, ver DANTAS, George, FERREIRA, Ângela (Org). *Surge et ambula: A construção de uma cidade moderna, Natal 1890 – 1940*. Natal: EDFURN, 2006.

¹⁰⁷ Acerca das condições sanitárias e das condições do Recife do século XIX, ver ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**, principalmente o capítulo 3: O Médico e as naides.

¹⁰⁸ Um exemplo da relação entre o aumento populacional e as suas condições de higiene e moradia – principalmente as de classe baixa – pode ser observada no artigo de Ana Lúcia Duarte, “A Cidade controlada, Santos 1970 – 1913”. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro*.

QUADRO 02
CRESCIMENTO POPULACIONAL DE
NATAL 1900 A 1922

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO (%)
1900	16.056	-
1907	23.121	44%
1908	24.357	5,34%
1909	25.660	5,34%
1910	27.032	5,34%
1911	28.477	5,34%
1912	30.000	5,34%
1922	30.696	2,32%

Fonte: CASCUDO, Câmara. **História da cidade do Natal.**

Contando com uma área de pouco mais de mil e duzentos metros quadrados, a cidade não possuía muitas residências – sendo a maioria delas compostas de pequenas casas e sobrados. Outro fator a ser percebido era a disposição das residências em Natal. O fotógrafo Bruno Bougard, registrou em fotografia o cenário urbano, principalmente da Cidade Alta, no início do século XX.

As figuras 04 e 05 ilustram bem a falta de alinhamento e uniformidade das casas, além de se verificar os amplos espaços resultantes dessa falta de uma sistematização, ou pelo menos um incipiente planejamento urbano. Verifica-se também que o modelo colonial de residência ainda fora mantido no início do século XX, com casas, em sua maioria baixas, com telhado alto – que propiciava uma maior circulação de ar e temperaturas mais agradáveis no seu interior - não possuíam recuos laterais, mantendo-se unidas umas as outras e criando bolsões de espaços abertos à frente das mesmas. Esse modelo colonial era justamente um aproveitamento das tradições portuguesas com o uso de casas construídas “sob o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre o limite do terreno”¹⁰⁹.

¹⁰⁹ GOULART FILHO, Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil**, p.22



Figura 04– Fotografia tirada a partir do campanário da Igreja Matriz, localizada na praça André de Albuquerque tendo ao fundo o Rio Potengi. C.1904. Fonte: IHGRN

Nas fotografias pode-se ver pouca concentração de casas, com uma ordenação mais ou menos linear apesar de terem sido construídas sem uma regulamentação por parte da Intendência Municipal, conforme mostra um artigo publicado no jornal *Diário de Natal*: “foi construindo suas casas, levantando os seus quintaes, organizando-se as ruas á vontade do edificador, sem a mínima intervenção da Intendência que, na mais condenável inépcia, deixava prolongar-se o arruamento em confusão para todos os lados (...)”. O artigo ressalta que além das casas não possuírem um alinhamento ordenado pelo governo, não havia também uma unidade no modo de construir as mesmas, reforçando a falta de cuidado dos órgãos públicos no tocante a uma sistematização do espaço urbano da cidade, pois “(...) a população edificou a vontade, sem que o Fiscal desse alinhamento das ruas, sem que procurasse uniformisar as casas, embora fossem construídas de barro, tijolo, de palha ou telha (...)”¹¹⁰.

Outra característica das residências era que elas possuíam amplos quintais com muita vegetação, provavelmente os roçados e pomares que Nestor Goulart assinala como sendo uma solução eficaz contra a falta de abastecimento, motivada principalmente pela monocultura e no caso do Rio Grande do Norte, do relativo isolamento da província.

¹¹⁰ *Diário de Natal*, 30 jul. 1902.

mas o autor
não o referiu
na obra
apenas
desse
modo.

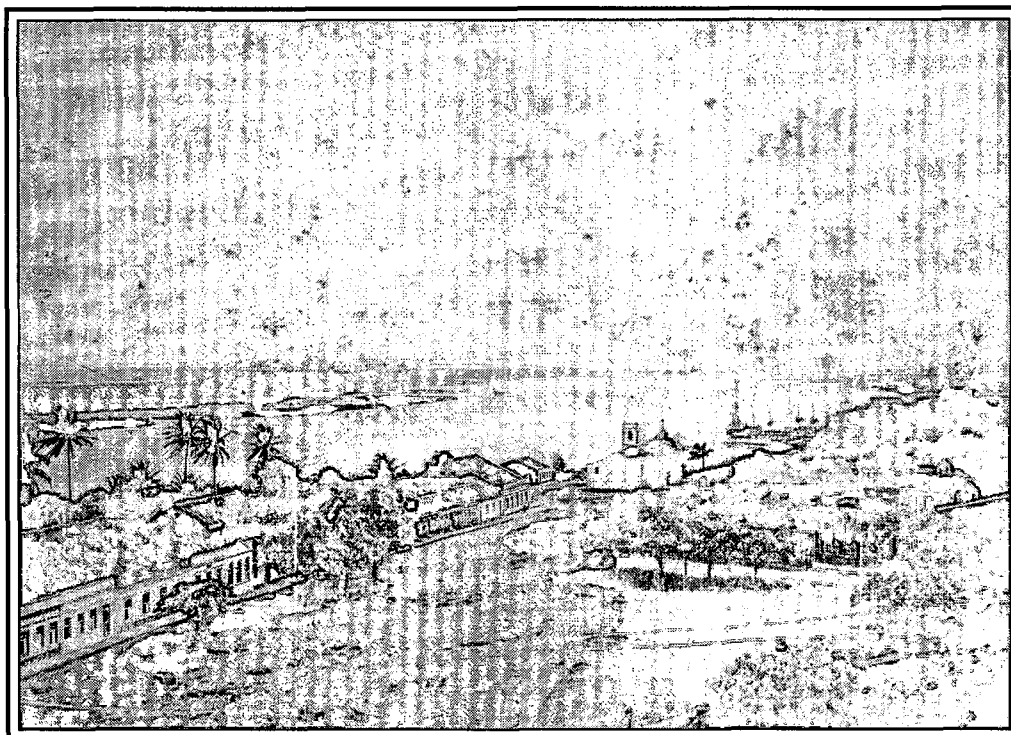


Figura 05 – Fotografia tirada a partir do campanário da Igreja Matriz, localizado na praça André de Albuquerque tendo ao fundo o Rio Potengi e tendo no centro a Praça André de Albuquerque. c.1904. Fonte: IHGRN

A preocupação com a higiene da cidade manifestava-se tanto na esfera do poder público quanto nos anseios da elite letrada da cidade. Ambas as esferas de representação da sociedade compreendiam, no início do século XX, que a organização espacial estava intimamente ligada às questões de salubridade da cidade. Essa necessidade de gerir o espaço urbano através da higiene não era um fato novo.

Desde meados do século XIX que o pensamento higienista já encontrava defensores em território brasileiro. O trabalho do médico francês José Francisco Xavier Singaud, intitulado *Du climat et des Maladies du Brésil* de 1844, já afirmava pressupostos fundamentais do higienismo clássico como a teoria miasmática. Tomando como base o método empírico, os médicos higienistas concebiam que as causas de insalubridade:

De forma geral, a produção de miasmas nos pântanos; a não circulação de ventos puros em função da barreira física estabelecida pelas montanhas; a impermeabilidade do solo e o conseqüente acúmulo de águas pluviais; o sepultamento dentro das igrejas; o despejo de lixo e dejetos nas vias públicas e, ainda, a disposição das ruas no tecido urbano, em sua grande maioria, estreitas e contrárias ao sentido dos ventos dominantes.¹¹¹

¹¹¹ ABREU, M. de A., apud EDUARDO, Anna Rachel, FERREIRA, Ângela Lucia. **As topografias médicas no Brasil do início do século XX: Aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN)**, p.6

Essas concepções ainda se manteriam como principais norteadoras do discurso governamental. Henrique Castriciano, então secretário do governo, no seu relatório à Assembléia demonstrava essa convicção de que a higiene seria um fator importante para moldar o espaço urbano. Ao tratar, em 1904, dos assuntos relativos ao prédio do Hospital da Caridade¹¹² e o Matadouro público que estava anexo ao mercado público, situado na Avenida Rio Branco¹¹³. O Hospital de Caridade, embora afastado e que impossibilitaria que os ares contaminados alcançassem os bairros de Cidade Alta e Ribeira, o local em que estava situado o hospital encontrava-se próximo à margem do rio Potengi, tendo do outro lado um morro impossibilitando um fluxo de ar que renovaria o ambiente.

O Hospital de Caridade, que ficava afastado da Cidade Alta e da Ribeira, estava numa situação topografia que o abrigava da rota dos ventos e, portanto, encontrando-se livre da transmissão de doenças para a população sadia¹¹⁴. Porém o Matadouro Público estava instalado na Cidade Alta, numa área em que os ventos levavam o mau cheiro para a área das residências que circunvizinhavam o local e para o resto do bairro. Outro problema era a forma como era transportada a carne do Matadouro Público. Além dos animais terem que atravessar parte do bairro – pois os currais ficavam nas proximidades da atual Praça Tamandaré – sujando as ruas, os resíduos, quando abatido e novamente transportado para os pontos de comercialização, caíam durante esse transporte por falta de maiores cuidados no manuseio e acondicionamento, sujando ainda mais as ruas.

O Hospital da Caridade foi criado na segunda metade do século XIX depois de um surto colérico na Cidade, garantido assistência médica gratuita àqueles que não podiam pagar um hospital particular, cuidando da saúde dos soldados do corpo de batalhão de segurança e dos presos da cadeia municipal¹¹⁵.

Sempre com poucos recursos, falta de pessoal e medicação, o Hospital de Caridade amargava diversos problemas. Castriciano observa que o mesmo “não preenche as condições de hygiene reclamadas pelos doentes”. Além de afirmar que sua localização não era

¹¹² Localizado na antiga rua da Salgadeira, atual Avenida da Misericórdia, onde hoje estão instaladas as dependências da Casa do Estudante.

¹¹³ Onde hoje se situam as dependências da agência central do Banco do Brasil

¹¹⁴ Não existe dados que possam comprovar uma teoria acerca de uma topografia médica sendo implantada em Natal antes de 1920 com Januário Cicco. O que se pode entender é que nesse período – primeiros anos do século XX – é que haja um conhecimento incipiente desse termo que seria amadurecido na obra de Cicco, denominado “Como se higienizaria Natal” de 1920. Para maiores detalhes ver LIMA, Pedro de. Saneamento e modernização de Natal e EDUARDO, Anna Rachel, FERREIRA, Ângela Lucia. **As topografias médicas no Brasil do início do século XX: Aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN).**

¹¹⁵ Não há existência de Hospitais particulares em Natal nesse período. Mesmo em 1941, segundo o Livro Azul, não havia sequer menção de um hospital ou clínica particular. O tratamento era particular fornecido pelos médicos em consultórios próprios ou atendendo nas residências dos doentes.

M. J.
Natal

favorável: “O local em que está situado é evidentemente impróprio” sugerindo a ampliação do Lazareto da Piedade para abrigar os doentes¹¹⁶. O local em que estava situado o hospital encontrava-se próximo à margem do rio Potengi, tendo do outro lado um morro que impossibilitava um fluxo de ar que renovaria o ambiente das enfermarias. O Lazareto da Piedade, ao contrário, localizado do Morro Petrópolis, possuía uma localização privilegiada com boa circulação dos ventos e longe das áreas residenciais do período.

Sobre o Matadouro Público, o secretário reprovava o modo como se abatia o gado bovino e também do seu transporte, afirmando que apesar da carência de serviços para sanear a cidade se fazia necessário “apontar a maneira anti-hygienica por que se faz o serviço de matadouro entre nós”¹¹⁷.

O secretário sugere então que o matadouro, instalado no centro da cidade, fosse mudado para o outro lado do Rio Potengi, onde o gado seria abatido e transportado para a cidade por meio de barcas especiais, dedicadas especificadamente a esse fim.

Natal não era uma grande cidade, nem possuía um contingente populacional que pudesse desencadear possíveis surtos endêmicos tais como ocorriam nas cidades como Recife ou Rio de Janeiro a Capital Federal. Porém a cidade carecia de uma estrutura sanitária capaz de assegurar condições mínimas de higiene.

Os principais problemas de Natal nos anos de 1900 eram a sujeira e a conseqüente falta de uma limpeza pública organizada, principalmente nos dois bairros já consolidados, pela falta de recolhimento do lixo e era uma das principais reclamações por parte dos moradores.

Outro problema era o alagado que se situava entre os bairros da Ribeira e da Cidade Alta no que atualmente está situada a praça Augusto Severo. De acordo com Cascudo, as águas do mar invadiam essa porção de terra, deixando-a sempre úmida e lodosa, tornando o lugar um verdadeiro pântano, na visão dos seus moradores e o governo tinha conhecimento acerca dos problemas de salubridade que o local gerava desde meados do século XIX como atesta a fala do Presidente Casimiro Sarmiento que sugeria uma medida de ordem sanitária: “fosse dessecado o pântano da campina da Ribeira, cujas águas reboçadas e impregnadas de matérias vegetais putrefatas, fornecem exalações produtivas de febres intermitentes, e de

¹¹⁶ RIO GRANDE DO NORTE. [Secretário Henrique Castriciano] Relatório apresentado ao Exm. Dr. Augusto Tavares de Lyra lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 1904, p.9.

¹¹⁷ Ibid., p.9.

outras muitas enfermidades, que se observa naquele bairro da cidade”¹¹⁸. Um pensamento que possuía bases na teoria miasmática, entendida nas palavras de Raimundo Arrais como uma:

Teoria formulada na Época das Luzes (...), segundo a qual as matérias animais e vegetais, ao entrarem em decomposição, produzem gases que subiam para a atmosfera, formando os miasmas. Esses miasmas, impregnando as águas e os alimentos, sendo absorvidos através da pele e dos pulmões, introduziam-se nos órgãos internos, provocando febres, infecções e disenterias.¹¹⁹

Dessa forma, era necessária uma intervenção estatal, a única capaz de lidar com aquele problema. É somente em 1903, com o serviço de drenagem, aterramento e arborização do local, transformando aquele local numa praça, com apelo estético resultante de diversas necessidades, pois atendia a vários interesses convergentes. Ao mesmo tempo em que sanava um problema sanitário da cidade, construía-se um local de passeio e de reunião da sociedade natalense.

O relatório escrito em 1904, pelo Inspetor de Higiene pública, Dr. Manoel Segundo Wanderley, ao tratar do aterramento dessa praça, enfatizava que tal serviço era uma necessidade fundamental para a salubridade da cidade, principalmente a dos residentes circunvizinhos. Afirmava então que o governador, ao pôr em andamento as obras resultariam em dois benefícios: “porque além de extinguir um foco pestilencial, proporciona um lugar de recreio e distrações de que tanto se ressentia a nossa capital”¹²⁰. Desta forma, o aterramento teria um duplo sentido, o de trazer um aformoseamento da cidade e de corrigir um problema de ordem sanitária e, é claro, legitimar sob o ponto de vista médico-científico as ações nessa referida praça.

No seu relatório, Dr. Segundo Wanderley não poderia deixar de fazer uma análise do estado sanitário da Capital. Ao descrever as precárias condições de higiene e acarretariam inexoravelmente na impossibilidade do combate de moléstias que afligiam a cidade. E caso não fossem duramente combatidas, as epidemias continuariam a aumentar anualmente. Sugeriu então que tais medidas fossem a regularidade da limpeza pública, construção de galerias de esgoto, arborização e principalmente a adoção de medidas severas contra “uma

¹¹⁸ CASCUDO, Câmara. *História da cidade do Natal*, p.153

¹¹⁹ ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, p.367

¹²⁰ RIO GRANDE DO NORTE. [Dr. Segundo Wanderley] *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Governador do Estado em 03 de julho de 1904*, p.5

edificação mal orientada e deffettuosa, servida por quintaes construídos de fachina e latrinas á superficie do solo”¹²¹.

Ao tratar das condições sanitárias da capital¹²², o Relatório enfatizava que os fatores climáticos e principalmente as localizações topográficas dos bairros de Cidade Alta, Cidade Nova e Alecrim eram áreas de excelente salubridade. A Ribeira, estando numa área de alagadiços, ao nível do mar e sujeita às inundações pela maré, era considerada dessa forma um lugar insalubre e, portanto local sujeito à proliferação de enfermidades as mais diversas. Porém, apesar do governador deixar claro que a Cidade Alta, Cidade Nova e Alecrim apresentarem esses aspectos positivos para com as questões de salubridade se fazia necessário criar uma rede de esgotos para evitar que a água servida se tornasse um veículo propagador de doenças.

É somente em 1915, que o governador empreendeu algumas ampliações nos edifícios ligados a Inspeção de Higiene pública e a penitenciária, conforme mencionado no relatório anterior, dando ênfase principalmente à parte sanitária. As condições desses dois prédios não mais atendiam às condições mínimas de higiene e uma ampliação era necessária. Ao todo foram construídos dezoito banheiros e instalados quatorze aparelhos, além de três fossas sanitárias. Foram destinados recursos também para a limpeza de diversos edifícios públicos, como o Grupo Escolar Augusto Severo.

Essa preocupação com a higiene nos prédios públicos tanto quanto a ampliação da rede hidrossanitária quanto a limpeza propriamente dita revela uma preocupação em evitar condições de insalubridade e o alastramento de doenças. Anteriormente, as ações sanitárias visavam áreas para as quais convergiam tanto preocupações de ordem sanitária quanto de ordem estética, como aterramentos e ajardinamentos de praças, locais onde a sociedade natalense se encontrava. No demais, as ações públicas se restringiam a reparos em prédios públicos. Com Ferreira Chaves, o governo passa então a se preocupar em montar uma estrutura mais eficiente de Higiene na capital, dotando-a de instrumentos de prevenção em áreas voltada a profilaxia e tratamento de doenças, além dos cuidados com a limpeza.

A única intervenção na cidade mencionada na mensagem do governador foi a completa remodelação do Isolamento da Piedade e João de Deus, localizado nas Quintas que foram feitos de acordo com os “preceitos hygienicos indispensáveis a estabelecimento de tal

¹²¹ Ibid., p.6-7

¹²² A partir dessa mensagem e nas posteriores, há uma unificação de todos os relatórios (Relatório do Inspetor de Higiene, da Polícia, Tesouro do Estado entre outros), dentro de um único Relatório, uma espécie de síntese dos principais pontos em que cada Repartição anteriormente fazia nos seus relatórios anexos.

ordem”. Esses preceitos, continua o Governador foram “áreas de recreio, arborização, jardins e outras dependências indispensáveis”¹²³.

Assim como em 1914, o governador enfatiza que as condições climáticas e de topografia resultaram na melhoria das condições sanitárias da capital (há doze anos que não ocorriam surtos de varíola na cidade) e que defende a vacinação como meio eficaz para o controle de enfermidades. E isso se repetiria em 1918, ao comparar a mortalidade infantil entre Natal a diversas outras capitais, apontando as boas condições climáticas da região como possível causa que evitava a proliferação de doenças, mesmo com a emergência de se construir mais sistemas de esgotos na capital:

Como vedes, é um facto que requer meditado estudo e desafia a atenção do legislador (...), mormente quando reflectimos nas nossas excellentes condições climáticas.

Tanto é assim que raras vezes demoram epidemias entre nós, apesar das condições hygienicas dos centros urbanos, na sua totalidade sem exgottos e sem fossas sanitárias.¹²⁴

Nos relatórios médicos – o relatório feito pelo Dr. Januário Cicco em 1920 e o da Comissão Sanitária de combate as epidemias – ficou claro que um dos focos de grande insalubridade está localizado na área das Rocas, com casas de taipa, velhas e com piso desprotegido e sugerindo entre outras medidas a desapropriação das mesmas, seguida de construção de casas de tijolo e caiadas além de pisos impermeabilizados¹²⁵. O governador admite que tais serviços são importantes, mas irrealizáveis, pois o erário público não “tem recursos para desapropriar umas (casas) e ainda menos para construir outras”¹²⁶.

No tocante à Capital, reconhece a urgência para dotar a cidade de abastecimento de água e principalmente da construção de galerias de esgoto (o que pela falta de recursos, não puderam ser feitos) e dos demais serviços urbanos como reorganização das linhas de bonde e da ampliação dos serviços de água e luz. Vale ressaltar que em nenhum momento da

¹²³ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Ferreira Chaves] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1916**, p.20

¹²⁴ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Ferreira Chaves] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1918**, p.7

¹²⁵ Para maiores detalhes, ver LIMA, Pedro **Saneamento e modernização em Natal**: Januário Cicco, 1920, p.22-23 e RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Antônio Jose de Melo e Souza] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1921**, p.21-22. Como na mensagem do Governador é apenas uma síntese de todos os relatórios das instituições estaduais, não foi disponibilizado o relatório da Comissão sanitária, nem informa quando ela foi extinta.

¹²⁶ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Antônio Jose de Melo e Souza] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1921**, p.22.

mensagem, o governador trata de questões ligadas à higiene e saúde pública, seja tanto na capital seja no Estado.

No início do século, em face das epidemias que estavam assolando cidades como Recife, havia uma preocupação tanto da população como da administração pública no tocante à parte sanitária e que de certa forma, para evitar que as epidemias invadissem a cidade, exigiam diversas intervenções sanitárias e que acabaria por provocar diversas mudanças estruturais na cidade.

Mesmo com os jornais promovessem uma verdadeira campanha no sentido de alertar a população acerca da questão sanitária¹²⁷, a população manteve-se indiferente e pouco fez para ajudar a combater os problemas de insalubridade. Tal fato é indicado pelas constantes reclamações sobre o lixo espalhado nos bairros das Ribeira e Cidades Altas feitas pelos próprios moradores. E estas reclamações iriam ser constantes durante as duas primeiras décadas do século XX. Em 1922, O jornal *A Imprensa* exemplifica essa problemática:

A Higiene precisa dar uma visita d'olhos aos beccos e travessas da capital. É impossível o transito nestas estrumeiras públicas.

O lixo petrefa-se ao ar livre, sem o mínimo respeito para com as possíveis moléstias de contágio [?] Ribeira os becos estão transformados em sentinos [?] exhalando um cheiro insuportável. As carroças encarregadas com a limpeza pública estão, naturalmente, em greve com o bairro baixo da cidade. A grype nos custou muito. Continuamos a confiar na pureza do clima, vivendo sem a menor noção de asseio nas ruas?¹²⁸

A notícia menciona a pureza do clima como agente eliminador de doenças, tal como defenderam inúmeras vezes os governadores em suas mensagens, quanto médicos. Provavelmente, essa aparente apatia por parte da população pode ser entendida a partir do distanciamento entre as elites e as camadas sociais. No afã de manter afastadas essas camadas, as elites pouco fizeram para explicar as necessidades de se manter padrões elementares de higiene, como a manutenção das ruas limpas. Essa falta de informação a maior parte da população limitou as ações de higiene e salubridade a somente uma parte da sociedade que almejavam essas transformações embasadas fundamentalmente por teorias higienistas vigentes no período, como a teoria miasmática, por exemplo.

¹²⁷ Para exemplo, ver os Jornais d'A *República* de 1902. Todo o segundo semestre desse periódico trata da epidemia de cólera que se alastra em Recife, que vai da mórbida contagem dos mortos a ações empreendidas para conter tal moléstia.

¹²⁸ *A Imprensa*, 12 mar. 1922.

Exemplificando esta distância entre a população em geral e a elite local que sobre as mudanças de ordem sanitária, o jornal *A República* em 1902, trouxe um relato de um viajante que fora acompanhado pela pessoa que escreveu o artigo:

Fui apresentado outro dia a um cavalheiro distictíssimo que, viajando o mundo inteiro, desejou conhecer de perto essa terra exótica que se chama Natal, mencionada em todas as cartas hydrographicas e geographicas, por causa do pharol e da visinhança do cabo de São Roque.

(...)

- Que bellas arvores!

A brisa sopra ligeira e traz-me uma impressão de frescura que tonifica o organismo moído pela canícula da terra. Já deviam, pelo menos, ter arborizado a ladeira da Cidade Alta.

- Estas arvores que o senhor vê, mais dia menos dia vão abaixo, porque a desafiam o protesto diário da população natalense.

- Então o povo é avesso á sombra?

- Á sombra não, porque gosta muito de viver em casa, mas á arvore.

- É possível?

- Ora si é. Há annos um presidente da Intendência, ouvindo dizer que nas cidades importantes como a nossa, as praças e as ruas eram arborizadas, teve a idéia desastrada de esgotar os cofres municipaes com a arborisação de alguns bairros.

O povo protestou logo porque as arvores iriam prejudicar a belleza dos aspectos de superficie plana, a meninada foi tirando as tariscas de madeira dos cercados para fazer bодоques e algumas arvores que affrontaram a má vontade popular, foram cortadas implacavelmente, porque só serviam para ajuntar passarinho.¹²⁹

¹²⁹ *A República*, 06 mar. 1902. Não há menção sobre quem teria sido o autor do artigo.

3 CIDADE ALTA, O CENTRO DA CIDADE

Quando uma pessoa caminha dentro de uma cidade, a primeira impressão é apreendida pelo seu sentido da visão. A monumentalidade e beleza dos edifícios, as ruas movimentadas com seus pedestres e automóveis, as cores vivas dos *outdoors* e das propagandas as mais diversas, enfim o sentido da visão engloba todos esses elementos de tal forma que essa pessoa tem certeza que está no seio de uma cidade.

Porém, uma cidade não pode ser entendida somente a partir dessas imagens concretas, reais e físicas. A cidade também é construída a partir de representações, do imaginário, daqueles que moram nela.

Os autores que analisam a cidade com seu objeto de estudo são unânimes em dizer que ela é uma construção histórica, dinâmica e não definitiva, uma construção que ultrapassa o ferro e o concreto. Carl Schorske afirma que “Forma-se uma imagem dela [da cidade] por meio de um filtro da percepção derivado da cultura herdada e transformado pela experiência pessoal”. Essa experiência pessoal atrelada a um conjunto de conhecimentos anteriores vai moldando uma idéia de cidade que nas palavras de Manoel Teixeira Junior “é uma abstração para seus habitantes ou, no mínimo, um conceito que envolve concretizações, significados e vivências totalmente diversas e discrepantes”. Dessa forma, a cidade é um produto de transformações físicas e concretas como também de representações a partir do imaginário dos seus habitantes.¹³⁰

Da mesma forma que a cidade, na sua totalidade, seus fragmentos, também são construídos. Esses componentes podem ser traduzidos nas palavras de Kevin Lynch:

O conteúdo das imagens das cidades (...) que remetem às formas físicas, pode ser adequadamente classificado em cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Na verdade, esses elementos podem ter aplicação mais geral, uma vez que parecem reaparecer em muitos tipos de imagens ambientais.¹³¹

Um de seus principais componentes é o bairro. Na concepção de Lynch, os bairros “são regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador ‘penetra’ mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam”¹³². Desta forma, um bairro é um elemento que

¹³⁰ Ver SCHORSKE, Carl. **Pensando com a história**: Indagações na passagem para o modernismo e AZEVEDO JÚNIOR, Manoel Teixeira. **A cidade contemporânea e seus desafios**.

¹³¹ LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**, p.51-52

¹³² *Ibid.*, p.52

possui certa homogeneidade construída por quem o “penetra” e que acaba por caracterizá-lo dentro da cidade.

A Cidade do Natal era dividida inicialmente em dois bairros que possuíam uma quase autonomia entre si: Cidade Alta e Ribeira. Em 1903, o jornal *A República* transcreve um decreto da Intendência municipal que, numa possível tentativa de organização e separação entre os bairros, determina quais são os limites do bairro de Cidade Alta dividindo-o em cento e um quarteirões.¹³³

O bairro de Cidade Alta possui certas características a que inicialmente o observador pode atribuir certa homogeneidade. Descrito por diversos autores como um bairro com características residenciais e com um pequeno comércio para as elites¹³⁴, um bairro que “era quase exclusivamente familiar e de população mais numerosa. Muitas pessoas que trabalhavam na Ribeira eram, entretanto, residentes na Cidade Alta”¹³⁵. Um bairro residencial por excelência, em contraste com a Ribeira, marcada pelo comércio e pelo porto.

Dessa forma, a divisão entre os dois bairros possuía uma dupla conotação. Além da divisão territorial, havia também uma certa divisão referente às funções urbanas específicas de cada bairro. Essa percepção pode ser entendida 1902, por exemplo, num artigo sobre a petição dos comerciantes de Natal para a mudança do correio:

Sabemos que o commercio desta capital telegraphou para a capital federal (...) solicitando a mudança do correio geral deste Estado do bairro da Cidade Alta para o bairro da Ribeira.

(...)

Em todas as cidades de grande movimento, colloca-se o edificio central do correio o mais próximo possível do porto e dos pontos em que mais se concentra a actividade commercial.

Aqui são patentes os inconvenientes do correio da Cidade Alta, não só pela maior conducção de malas, como pela demora nas transações commerciais.¹³⁶

Na passagem do século XIX para o século XX, Natal contava com aproximadamente dezesseis mil habitantes, número que não parou de crescer, chegando, em 1922, ao patamar de 30.696 habitantes. Essa população residia em diversas áreas da Capital sendo que somente a

¹³³ *A República*, 21 set. 1903. O jornal não informa precisamente qual o decreto. É importante ressaltar que a documentação da Intendência Municipal de Natal não foi encontrada durante as pesquisas desse trabalho, além de não haver referências anteriores a uma organização por parte do poder público anterior ao indicado.

¹³⁴ PAIVA, Giovana. *De cidade a Cidade*, p.21.

¹³⁵ PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*, p. 33. Como se trata de um livro de memórias, não há uma precisão acerca de qual período ele está tratando. Apenas infere-se que esse dado seja do início do século XX, entre 1910 a 1930 aproximadamente. Ver também CASCUDO, Câmara. *História da cidade do Natal*.

¹³⁶ *A República*, 25 nov. 1902.

Cidade Alta abrigava 6.813 habitantes¹³⁷, portanto, cerca de 22% da população total da cidade.

Considerando-se os dados estatísticos do IBGE relativo aos arrolamentos prediais e domiciliatórios e o levantamento feito pelo Dr Januário Cicco, ambos feitos em 1920, os prédios na Capital somavam 5.457 unidades, sendo 4.754 domicílios. Desses domicílios havia 1.619 situados na Cidade Alta, contando com 65 edifícios que tinham características comerciais. Desta forma, a Cidade Alta contava com aproximadamente 34% dos domicílios ali fixados, sendo 9% constituídos de estabelecimentos comerciais em relação aos demais bairros da cidade¹³⁸. Portanto, a Cidade Alta era, por excelência, um bairro eminentemente residencial. É o que demonstra o quadro a seguir.

QUADRO 03
DEMONSTRATIVO POPULACIONAL E RESIDENCIAL
DE NATAL - 1922

	Total	Prédios		Moradores
		Residenciais	Comerciais	
Na capital	5.457	4.754	703	30.696
Na Cidade Alta		1.619	65	6.813
Percentual em relação ao resto da cidade		34%	9%	22%

Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do IBGE (1936) e CICCO, Januário. *Como se higienizaria Natal* (1920).

A Cidade Alta fora o núcleo original da cidade do Natal, cujo marco zero é a Praça André de Albuquerque, no coração de Natal, que inicialmente ocupava a forma do quadrilátero colonial comumente empregado na época da ocupação portuguesa. Sua localização geográfica privilegiada – no alto de um morro e com boa visibilidade do mar e da entrada do rio – tornou o que seria a Cidade Alta uma escolha óbvia para o início de uma vila devido a facilidade de defesa no caso de ataques. O pesquisador Murillo Marx, ao tratar o local onde os portugueses assentaram cidades coloniais, enfatiza que a adoção do modelo de “acrópole” – ou seja, a instalação da cidade em um ponto alto – foi utilizado com intuito de dificultar possíveis invasões. Ele cita como exemplos Olinda e São Vicente¹³⁹. É importante ressaltar que diversos historiadores da cidade do Natal enfatizam que a Cidade do Natal fora

¹³⁷ LIMA, Pedro, *Saneamento e modernização em Natal*: Januário Cicco, 1920, p.39.

¹³⁸ Sobre maiores detalhes ver IBGE. *Anuário estatístico do Brasil, 1936*, p.48 e LIMA, Pedro, op.cit, p. 39

¹³⁹ MARX, Murillo. *Cidade brasileira*, p.20

criada como cidade antes mesmo de ter sido uma vila¹⁴⁰. Portanto, uma imposição arbitrária e de cunho oficial foi a inicial motivação para a instalação da cidade no lugar que mais tarde seria designado de Cidade Alta.

É somente com o aumento populacional, principalmente nos séculos XIX e XX que a cidade vai se expandindo e aumentando sua área urbana. Iago Medeiros e Marluce Lopes, estudando as potencialidades arqueológicas de Natal, afirmam que “A Cidade Alta, como locus administrativo e militar da Capitania e depois da Província, deve a maior parte de seu patrimônio edificado e do seu arranjo urbano a esta condição”¹⁴¹

Como local administrativo, o bairro abrigou a sede do governo da província, durante todo o período colonial até o século XIX. Em 1869, o palácio do governo foi transferido para a Ribeira, permanecendo no local até 1902, quando retornou para a Cidade Alta, numa localização não muito longe do seu ponto original¹⁴². Essa mudança recebeu a aprovação dos contemporâneos, pois se tratava de uma localização adequada para um edifício público do porte necessário ao governo. Assim, os jornais do Natal, tanto o de oposição quanto o ligado ao governo, foram unânimes em concordar com essa mudança. O jornal *A República* assim informava aos seus leitores:

Sabemos que o exmo. governador do Estado cogita, pretendendo levar a efeito dentro de pouco tempo da mudança do Palácio do Governo da casa particular em que funcionando até agora para os salões em que está instalado o Congresso legislativo.

(...) Não poderão deixar de applaudir conosco a excelente resolução que acaba de toda o exmo. Alberto Maranhão.¹⁴³

Dois dias depois, a mudança para o atual palácio era descrita pelo *Diário de Natal*:

Uma boa idéia do Sr. governador do Estado e nós aplaudimos, - porque realmente as conveniências publicas da transferência do palácio do governo da Ribeira para a cidade alta, são tantas que não precisamos enumera-las. Só admira é como permaneceu alli a casa do governador cerca de 33 anos, pois que dera-se a mudança, para lá, cremos que em Abril de 1869.¹⁴⁴

¹⁴⁰ Para maiores detalhes, ver MEDEIROS FILHO, Olavo. *Gênese natalense*, p.47.

¹⁴¹ MEDEIROS, Iago Henrique Albuquerque de Medeiros, SILVA, Marluce Lopes de. **Levantamento das potencialidades arqueológicas e históricas da Cidade Alta** (Séculos XVII e XIX), p.56

¹⁴² Em 1866, o Presidente da província, José Meire, dentro da sua mensagem a Assembléia determinava a demolição do antigo prédio e a construção de um novo edifício que pudesse abrigar a Assembléia, a tesouraria entre outros. Afirmava que o prédio: “será incontestavelmente o melhor edifício da província: pode ficar uma excelente para todos os tempos e lugares”. Para maiores detalhes ver: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u689/000014.html>>.

¹⁴³ *A República*, 25 fev. 1902.

¹⁴⁴ *Diário de Natal*, 27 fev. 1902.

Não somente houve uma mudança apenas no que concerne a sua localização, mas também houve uma mudança no estilo arquitetônico. O estilo neoclássico do palácio revestia o poder público com uma imagem de organização administrativa eficiente, além de oferecer ao Governo melhores acomodações para o bom desempenho dos serviços públicos. A adoção deste estilo, em parte, deve-se principalmente a influência francesa advinda da Escola Politécnica (antiga Academia Real Militar), responsável pela formação de engenheiros com formação arquitetônica. Concebida como parte do esforço em organizar a administração do Vice-reinado de D. João VI, a Escola Politécnica se voltava para diversos projetos de engenharia de próprios estaduais, pontes, estradas entre outros. A adoção do modelo neoclássico adotado pelos engenheiros na construção de edifícios, principalmente públicos, foi chamado por Alberto Souza, ao discorrer sobre a influência dessa escola por Recife, de “classicismo criativo e austero (...) vinculado ao racionalismo que tem tradicionalmente caracterizado os engenheiros”¹⁴⁵.

Porém, Nestor Reis, ao traçar a evolução arquitetônica brasileira, defende que o Neoclássico surge logo após a Independência não como um reflexo de mudança política, mas de uma cópia importada do modelo europeu. Com a introdução de novos elementos no poder político no Brasil, os chamados “barões do império”, entendiam que o neoclássico derivado da arquitetura oficial napoleônica também deveria ser adotado no Brasil¹⁴⁶. No caso do Rio Grande do Norte, essa adoção chegou ainda mais tardiamente, em meados do século XIX, quando no resto do Brasil passava-se a adotar um estilo eclético.

Construído pelo engenheiro Ernesto Augusto Amorim do Vale, o que viria a ser o Palácio do Governo, foi inaugurado em 1872, para abrigar diversas repartições públicas. Sua ampla fachada comportava linhas retas e apresenta uma simetria nas janelas e nos elementos decorativos no listelo da fachada. A utilização do ferro como elemento decorativo também merece destaque. Como prédio neoclássico, suas dimensões também são marcantes, sendo sua fachada principal maior do que suas fachadas laterais, criando uma ilusão de um prédio maior.

Sua imponência deveria demonstrar uma sensação de poder e organização administrativa, necessária ao novo regime, ao mesmo tempo abandonando as velhas marcas coloniais. O antigo casarão utilizado pelo governo e localizado na Ribeira era uma marca do passado colonial que o governo republicano instaurado queria deixar para trás. Nicolau Sevcenko traduziu essa negação afirmando que a adoção do regime republicano foi além de uma mudança política: “era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato

¹⁴⁵ SOUZA, Alberto. *O ensino de arquitetura no Brasil imperial*, p.81-82

¹⁴⁶ Para maiores detalhes ver: REIS, Nestor Goulart. *O quadro de arquitetura no Brasil*.

o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexo co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas”. Mais adiante afirma que a falta de compreensão dos fenômenos de subdesenvolvimento sustentados pelo modelo capitalista acarretou no um sentimento de vergonha do passado colonial e, portanto deveria ser esquecido em nome da nova ordem mundial.¹⁴⁷

A República recém implantada carecia de uma estrutura que pudesse abrigar adequadamente a estrutura administrativa. Murillo Marx acrescenta que no período colonial, era marca comum que as repartições não permanecessem no mesmo lugar por muito tempo, justamente por não existir uma arquitetura pública que permitisse uma instalação permanente da administração. É somente com a República que os edifícios públicos foram se incorporando à arquitetura da cidade e da necessidade de solidificar uma imagem de estabilidade e organização, típicos dos primeiros momentos republicanos.

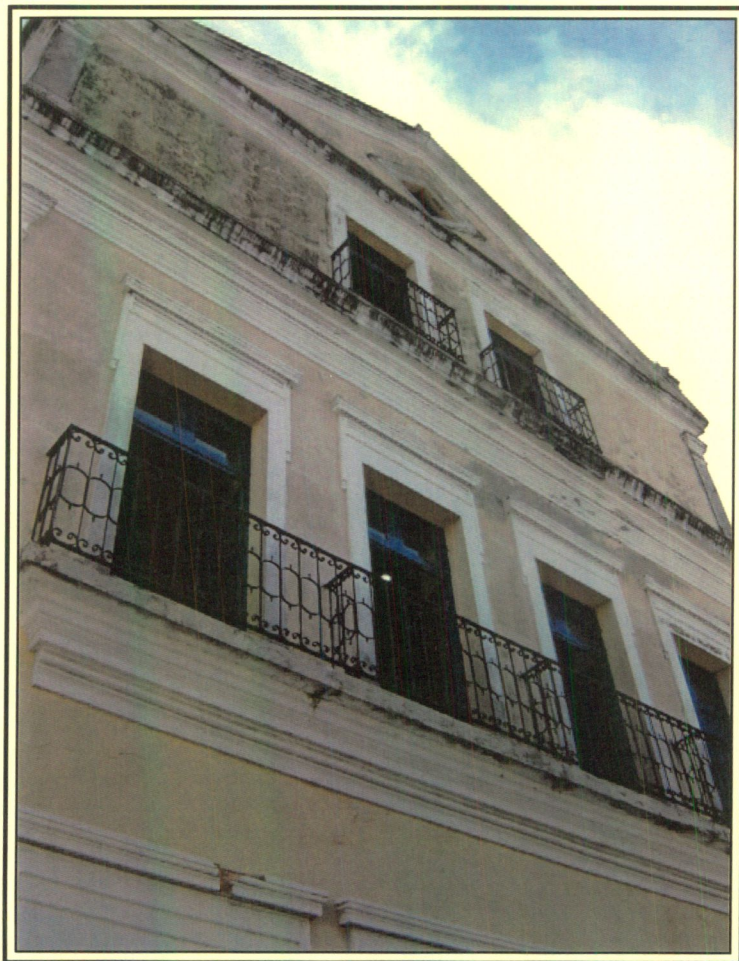


Figura 06 – Antigo palácio do Governo
Fonte: Acervo do autor

¹⁴⁷ SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**, p.27.



Figura 07 – Palácio Potengi *(hoje sede da Assembleia do Estado)*
 Fonte: Acervo do autor

Considerando a função de “centro” da cidade, o local onde o poder público se concentra, reunindo ao seu redor diversas instituições administrativas com estreita ligação com o governo garantindo a gestão da vida coletiva pública de uma sociedade através de organismos específicos como gestores especializados (Tesouro público, a Câmara de Justiça, Inspetorias de saúde e polícia, por exemplo) durante os primeiros anos republicanos, a transferência do Palácio marca também uma mudança significativa - no que se refere à função urbana - para a Cidade Alta, relegando a Ribeira às suas características comerciais resultantes da sua localização próxima ao porto. A Cidade Alta, dessa forma, retomava, após quase três séculos, a sua função como locus administrativo da cidade e da capital do Estado.

Nas mensagens dos governadores essa intenção de converter o bairro de função outrora residencial ter uma função político administrativa vai se tornando mais evidente quando se planejavam, por parte das autoridades, diversas melhorias na Cidade Alta. Ao implementar melhorias urbanas no bairro tornando-o apto, segundo a elite política da época, a possuir mais uma função, a de núcleo político administrativo da capital. Essas melhorias apresentaram duas características distintas e complementares: eram formas de ordenação do espaço ligadas a concepções urbanísticas que associavam noções estéticas a princípios higienistas vigentes na época como também havia uma necessidade de organização sanitária enfatizando o alinhamento e limpeza de ruas e organização espacial, reordenando o mesmo a partir de preceitos médicos. Dessa forma, foram priorizados os aterramentos e

ajardinamentos, construção de praças e de prédios num novo estilo, mais adequado para o novo século. Foi adotado inicialmente um classicismo austero e que culminou no estilo eclético – como exemplo, a construção do Palácio da Intendência, inaugurado em 1922. Um exemplo disso pode ser visto em 1904, nos relatórios do secretário do Governo de Tavares de Lyra, Henrique Castriciano, quando voltava a sua atenção sobre dois itens que considerava importante: O prédio do Hospital da Caridade ¹⁴⁸ e o matadouro público que estava anexo ao mercado público ¹⁴⁹. Como visto no capítulo anterior, Castriciano não poupou esforços para eliminar esses dois pontos considerados por ele insalubres, da região próxima a Cidade Alta.

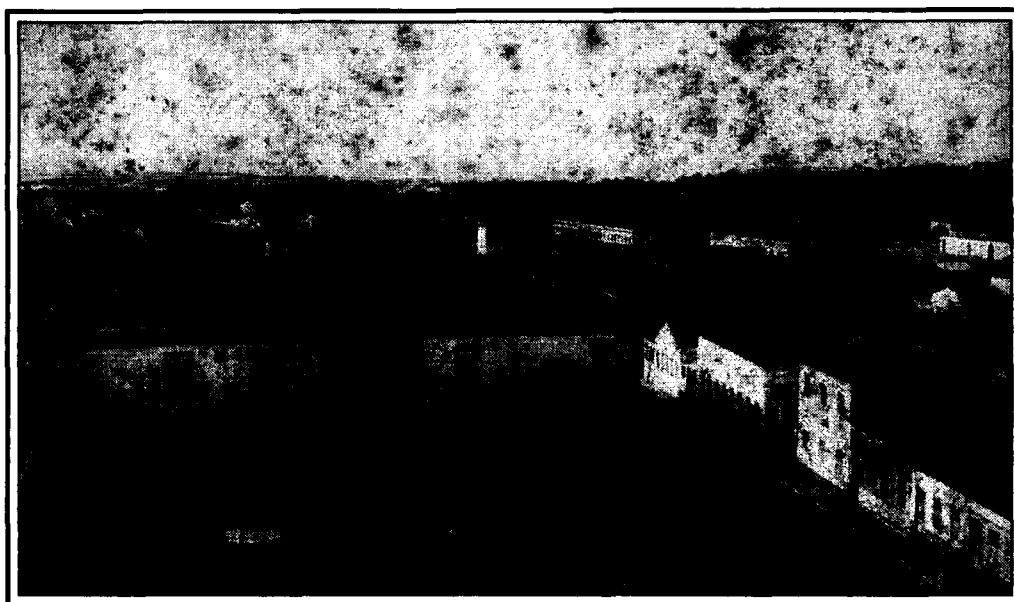


Figura 08 – Fundos do Palácio Potengi, tendo na parte superior direita o Mercado Público. c.1904.
Fonte: IHGRN

Dando continuidade ao seu relatório, Castriciano, ao discorrer sobre a criação do bairro de Cidade Nova, expõe seu desejo de transformar o local no novo núcleo central em detrimento do que ele denominara de Cidade Velha, a Cidade Alta. Nesse ponto ele demonstra claramente a dissociação entre a Cidade Alta e a Ribeira. Para ele não existia uma cidade única, mas sim dois fragmentos de cidade. Ao se referir a essas duas “cidades”, ele apontava a Cidade Alta como núcleo central de Natal. Além disso, esse discurso demonstra um desejo por parte de Castriciano de uma mudança rumo a um modelo idealizado por ele e

¹⁴⁸ Localizado na antiga rua da salgadeira, atual Avenida da Misericórdia, onde hoje estão instaladas as dependências da Casa do Estudante.

¹⁴⁹ Até o presente momento, não há uma explicitação direta que Castriciano tenha de fato tido contato com os preceitos higienistas vigentes. Ele demonstra ser partidário de teorias cientificistas vindas do século XIX. Fruto de uma sociedade que glorificava o bacharel, Castriciano era um componente da elite natalense e como tal tivera parte de sua educação fora de Natal, principalmente em locais onde o debate higienista já estava mais avançado.

pela elite. Havia um anseio de “civilizar-se”, de construir uma nova cidade adotando um modelo europeu¹⁵⁰. Era na França de Hausmann que a elite natalense sonhava em transformar Natal e não na Rio de Janeiro de Pereira Passos.

Em 1905, com o término das obras do Teatro Carlos Gomes na Ribeira, as atenções do poder público vão se voltando gradativamente para a Cidade Alta, pois até então os principais serviços de obras públicas focavam o Teatro e a praça contígua¹⁵¹. A Avenida Rio Branco, na Cidade Alta, mereceu destaque especial na mensagem do Governador. Possuindo mais de mil metros de extensão por vinte de largura, era “(...) a melhor da cidade” e, portanto, segundo o governador: “Calçal-a e arborizal-a era um melhoramento inadiável”¹⁵². O Estado encarregou esse serviço ao agrimensor Antônio Polidrelli que seria responsável posteriormente por um projeto de um novo traçado urbano da cidade.

Esse novo projeto, ordenado pelo Intendente Joaquim Manuel foi a primeira tentativa de planejamento expansionista da cidade em direção as dunas, principalmente em decorrência da Resolução municipal de número 15 que criou o bairro de Cidade Nova. Polidrelli então concebeu um *Master Plan* entre os anos de 1901 a 1904, que ordenava a área da Cidade Nova com largas avenidas que seriam aproveitadas em 1929 por Palumbo no seu projeto de urbanização para o restante da cidade.¹⁵³

O governador Tavares de Lyra daria início, no ano de 1906, à construção do Palacete que abrigaria o Congresso Estadual¹⁵⁴, uma construção de estilo eclético adotando várias características do Palácio do Governo (simetria na fachada, amplas janelas e utilização de gradis de ferros, são alguns exemplos).

Situando na área limítrofe entre a Cidade Alta e a Ribeira (próximo ao chantão do cruzeiro que delimitava originalmente o fim da zona urbana colonial), sua construção nesse local pode ser entendida como uma possível tentativa de integração entre os dois bairros que por muito tempo estiveram separados, de modo que não existia um bom acesso entre a Cidade Alta e a Ribeira. Cascudo afirma que esse caminho era uma ladeira sem calçamento,

¹⁵⁰ HERSCHMANN, Michael, PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O imaginário moderno no Brasil**, p.12

¹⁵¹ Apesar de o Teatro ter sido inaugurado em 1904, houve sucessivas obras de reforma e melhorias que foram feitas por mais oito anos, sendo definitivamente concluídas em 1912.

¹⁵² RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 22 de janeiro de 1905**, p.6

¹⁵³ Para maiores detalhes ver MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999)**, p.63-65. Sobre o projeto de Palumbo e as noções de urbanismo, ver DANTAS, Ana Caroline, DANTAS, George; FERREIRA, Ângela Lucia. **Eclétismo e modernidade na obra de Giacomo Palumbo: arquitetura e urbanismo nos anos 1920 e 1930.**

¹⁵⁴ Atual Prédio da OAB

escorregadia e quase intransponível nos dias de chuva: “A única via de acesso entre Cidade Alta e Ribeira era a ladeira íngreme, escorregando como sabão depois das chuvas”¹⁵⁵

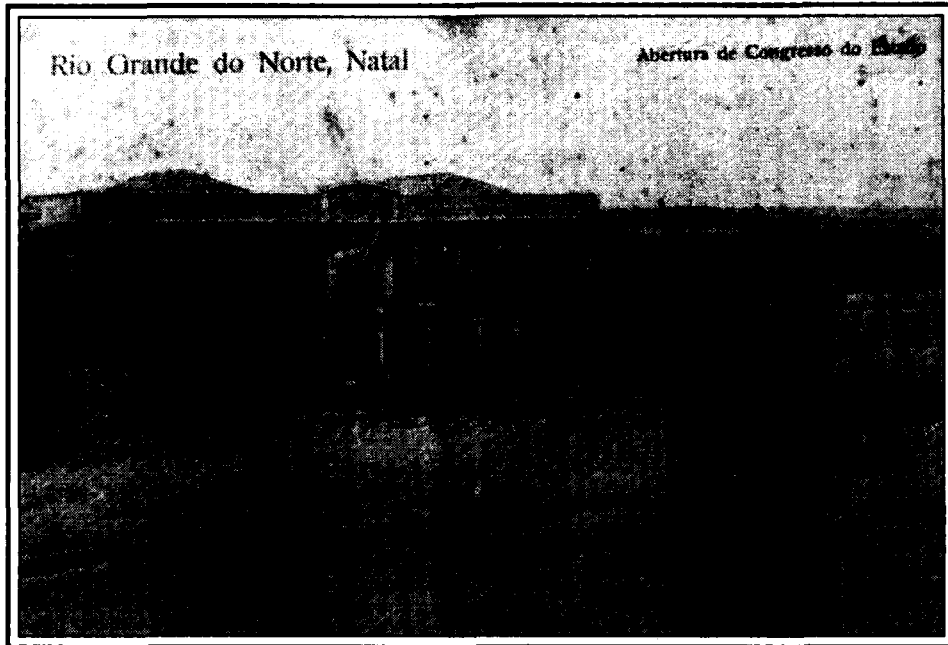


Figura 09 – Inauguração do Congresso do Estado.
Fonte IHGRN

Além desse caminho improvisado havia um obstáculo natural, um braço de mar que avançava sobre a terra e que por muito tempo manteve-se fora das prioridades dos intendentess do Natal¹⁵⁶. Havia reclamações por parte da população nessa falta de interligação entre os dois bairros. Em 1902, no *Diário de Natal*, um artigo foi escrito solicitando um calçamento entre os dois bairros, pois o caminho estava “completamente inutilizado”, principalmente durante na época das chuvas¹⁵⁷.

O Congresso do Estado foi um dos primeiros edifícios públicos nesta área. Observa-se que o Governo do Estado agiu intencionalmente no intuito de unificar os dois bairros, pois não havia nenhuma incitativa, seja de caráter público ou privado que interligasse esses dois bairros. Uma primeira tentativa foi feita em 1853, quando o presidente da província, Pereira de Carvalho, procurou intervir na área despovoada entre a alfândega e o morro do Rosário que possuía aproximadamente nove mil braças quadradas. O presidente idealizou a criação de um passeio para interligar os dois bairros e dotar a cidade de um local aprazível para passeio e para gozar da vista do rio que também contaria com um cais de desembarque. Com falta de recursos, entretanto, solicitou a Câmara Municipal que proibisse quaisquer construções

¹⁵⁵ CASCUDO, Câmara. *Historia da cidade do Natal*, p.149.

¹⁵⁶ Compreendia praticamente toda a área entre a caixa Econômica, Terminal de trens urbanos, Praça Augusto Severo, Rodoviária Velha e Colégio Salesiano

¹⁵⁷ *Diário de Natal*, 2 out. 1902.

naquela região para quem sabe futuramente a cidade ^{podesse} possa construir o dito passeio. A resolução foi revogada poucos anos mais tarde: “essa decisão foi mantida até 1859, quando, em 19 de Dezembro teve que ser revogada para a satisfação de *interesses indígenas*”¹⁵⁸.

Mesmo em 1922, Rocha Pombo assim descrevia a cidade do Natal:

É talvez o município menos extenso do Estado, pois não tem de superfície muito mais de 1200km quadrados, com uma população de mais de 30000hs. – é situada em paragem magnífica, á margem direita do rio Potengy, a uns dois kilometros do mar, e dividida em *cidade alta e cidade baixa*, compreendendo vários bairros ; entre os quaes o do Alecrim, para onde vai se extendendo a cidade; e o de Petrópolis”¹⁵⁹.

Essa quase independência entre os dois bairros se ligava à rivalidade entre os moradores que foram denominados de Xarias (Cidade Alta) e Canguleiros (Ribeira). É a partir de 1908, com os bondes puxados a burro que faziam a linha Cidade Alta-Ribeira que se iniciou um lento processo de integração. Posteriormente – a partir da década de 30 – as áreas que formavam essa esplanada desocupada começaram a ser ocupadas gradativamente, tendo como principal agente o Estado, culminando na conclusão calçamento da Junqueira Alves, durante o governo de O’Grady e mais tarde na ligação da Avenida Rio Branco com a Ribeira, uma definitiva fusão entre os dois bairros, os quais “misturaram-se, confundiram-se, uniformizaram-se”, de modo que sentencia Cascudo: “Xarias e canguleiros morreram. Ficou o Natalense...”¹⁶⁰. A essa idéia de fusão é determinada principalmente pelo desaparecimento do típico, das características que fomentavam as diferenças entre os dois bairros e que sempre foram motivos de querelas e rixas, principalmente entre os jovens da cidade.

¹⁵⁸ CASTRICIANO, Henrique. *Seleta: textos e poesia*, p.224

¹⁵⁹ POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*, p.486. Grifo nosso

¹⁶⁰ CASCUDO, Câmara. *História da cidade do Natal*, p.235

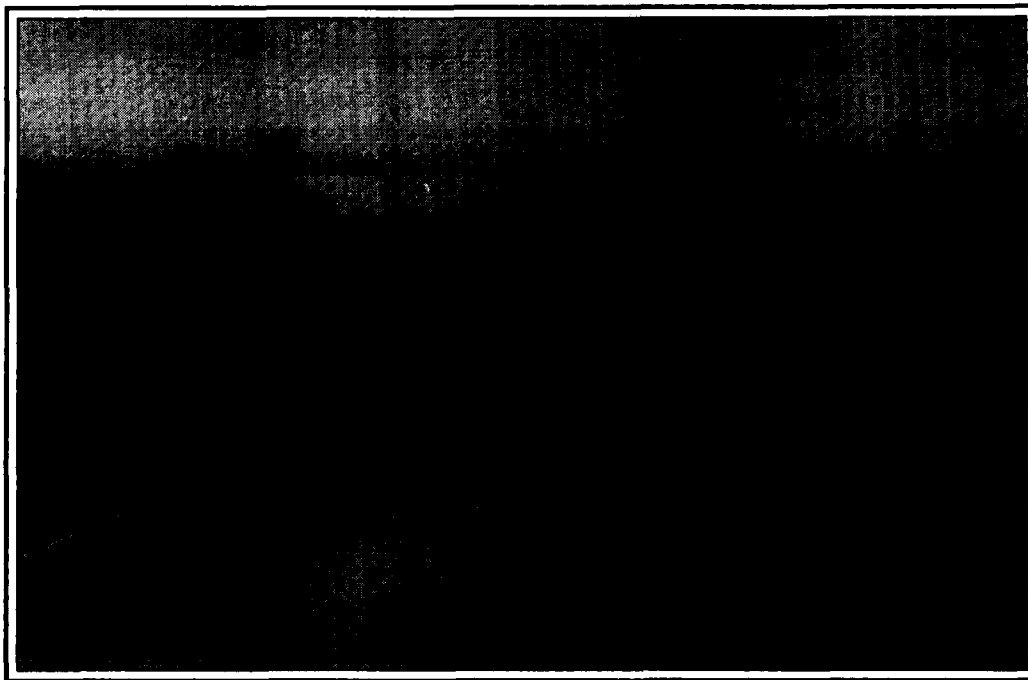


Figura 10 – Avenida Tavares de Lyra, meados do século XX.
Fonte: Foto Jaeci

Em 1906, o governador Tavares de Lyra, ao se reportar às obras públicas, reforçou mais uma vez o discurso sobre os poucos recursos do Estado para as melhorias urbanísticas. Lyra daria continuidade ao calçamento da Avenida Rio Branco, e graças ao alinhamento dessa rua – apesar das construções espontâneas do bairro¹⁶¹ – possibilitaria a instalação de trilhos dos bondes na Cidade Alta e do calçamento da ladeira do Atheneu até a Praça Auta de Souza (atual) e o nivelamento total da Junqueira Ayres com a construção de um muro de sustentação (onde mais tarde, no Governo de Alberto Maranhão seria colocado a balaustrada) da Praça do Quartel e de seu ajardinamento¹⁶².

Essas obras incentivaram uma expansão gradativa das residências em direção a Ribeira estreitando ainda mais a ligação entre os dois bairros e diminuindo os vazios espaciais como bem mostra as figuras 09 e 10.

Com a continuidade da construção do Palacete do Congresso Estadual, iniciada no ano anterior, o governo adquiriu dois edifícios para a edilidade pública: uma casa na Rua da Conceição, atrás do palácio do governo, que seria demolida, para uma reforma com o intuito de adaptar o palácio para torná-lo a residência oficial dos governadores. O outro prédio era um palacete que ficava na Travessa da Matriz com a Praça Albuquerque Maranhão. Aquele

¹⁶¹ OLIVEIRA, Giovana. *De cidade a Cidade*, p.70.

¹⁶² Atualmente os lugares são respectivamente: a Secretaria Estadual de Tributação, a Praça das Mães e o Colégio Estadual Winston Churchill.

local seria construído o Superior Tribunal de Justiça – que estava até então ocupando um dos salões do palácio.

Na Figura 11, percebe-se que os casarões ainda estavam de pé – sendo a foto, portanto, datada antes de 1906, antes das desapropriações e demolições. Outra observação é que havia três casarões que provavelmente foram sendo adquiridos posteriormente. Na década de 20, a área já estava com as feições que se conhecem atualmente. [Não foi encontrado nenhum registro de compra dos outros imóveis nem menção da sua compra por parte do governo.]

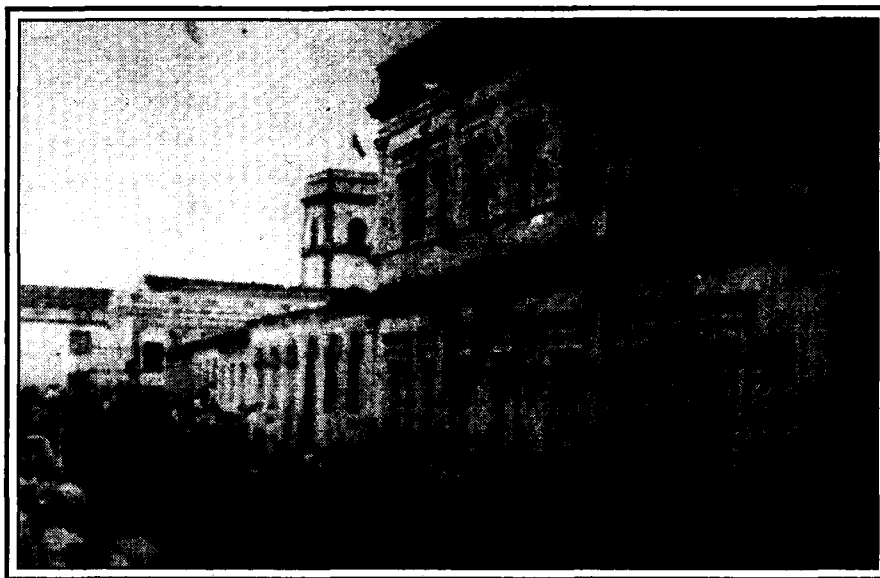


Figura 11 – Palácio Potengi , fachada que dá para a rua da Conceição. Note ao fundo os três casarões que foram demolidos para dar lugar aos jardins do palácio.

Fonte: IHGRN

Em 1914, ao reportar à necessidade de transferência da Força Pública do Estado, pela primeira vez em uma mensagem oficial, Melo e Souza denomina o bairro Cidade Alta de “centro da cidade”, assim definido por justamente concentrar em sua circunvizinhança os elementos do poder e as instâncias políticas administrativas:

*Parece-me urgente a necessidade da mudança do alojamento da força pública estadual do prédio que actualmente ocupa, sobretudo pela distância em que se encontra do centro da cidade, do palácio do governo, da cadeia e das repartições públicas a que a força dá guarda.*¹⁶³

¹⁶³ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Antônio Jose de Melo e Souza] Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1907, p.15-16. Grifo nosso.

Portanto, as melhorias que os governadores foram implementando na Cidade Alta consolidavam uma nova imagem para a Cidade Alta, uma imagem do centro da cidade, local da administração pública e onde moravam muitos componentes da elite natalense. Uma exemplificação disso pode ser encontrada no *Livro Azul* de 1941. Esse livro indica que na Cidade Alta se encontrava uma grande concentração de profissionais liberais, tais como médicos, dentistas e advogados. Dos vinte e oito advogados residentes, onze deles trabalhavam e ou residiam na Cidade Alta; dos dezoito dentistas havia oito clinicando nesse local e dos quarenta e nove médicos, vinte e um deles possuíam consultórios na Cidade Alta, sendo que 18 fixaram residência nesse mesmo. Enquanto que a Ribeira era, por excelência, o bairro comercial da Cidade:

Era o bairro da maioria dos homens ricos de Natal, do comércio mais variado, das grandes lojas, casas comerciais e empresas. Comércio dos artigos de luxo, bancos, empresas de navegação, etc. Desde tempos imemoriais, conforme afirma o Mestre Câmara Cascudo, a Ribeira era o bairro dos comerciantes.¹⁶⁴

De fato, verifica-se, na década de 1940, segundo o *Livro Azul*, a concentração dos principais ramos da atividade econômica, voltados principalmente para o comércio e exportação. Como um dos principais produtos da época para a economia do Estado, o algodão era muito comercializado no bairro, devido ao porto, principal saída deste produto para as regiões consumidoras do país.

Como fonte comercial, a Ribeira ainda concentrava trinta e uma lojas de estivas e cereais, vinte e seis lojas de fazenda (tecidos), doze lojas de tecidos e calçados, oito livrarias e quatro lojas de moda (das cinco existentes) e dez lojas de ferragens e louças, além de quatro lojas de modas. Todas as firmas de seguro e capitalização estavam fixadas na Ribeira. Desta forma, há uma maior concentração de serviços na Ribeira. Sem dúvida, ali se concentrava todo o poder econômico e que, por consequência, reunia tanto áreas comerciais como áreas sociais as quais comerciantes, compradores e portuários que poderiam gozar de suas instalações seja para buscar e fechar negócios, seja para suprir o movimento portuário.

O ano de 1914 foi marcado pelo início da Primeira Grande Guerra que afeta a economia mundial como um todo e em especial a do Rio Grande do Norte, com a queda das exportações e no incremento da produção da cotonicultura em detrimento da produção canavieira conforme demonstrado no capítulo 02.

¹⁶⁴ PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*, p.25.

Apesar dessa determinação na contenção de gastos, Ferreira Chaves julgava necessária a desapropriação de prédios arruinados em frente ao Palácio do Governo para lá se construir uma praça, inaugurada nesse mesmo ano sob a denominação de Praça 7 de Setembro, em alusão à Independência do Brasil¹⁶⁵. Ele via a necessidade de retirar “de um dos centros mais movimentados da cidade, pernicioso acumulo de escombros, tão danmosos à saúde pública”, reiterando que além da sujeira o local era de “feio aspecto (que) imprimam áquelle sitio”¹⁶⁶. Outra razão para esta ação seria que o Palácio do Governo se beneficiaria com essa obra ao abrir-se um amplo espaço à sua frente, propiciando uma maior circulação do ar: “Para desafogar esse próprio estadual, o mais valioso que possuímos, da estreiteza do espaço em que permanecia”¹⁶⁷. Da mesma forma que Melo e Souza, Ferreira Chaves também define a área da Cidade Alta como centro da cidade, justamente por lá se encontrar a sede do governo e de outras instituições públicas.

No discurso de Mello e Souza, novamente governador em 1920, percebe-se uma maior preocupação em dotar a cidade – e especificadamente a Cidade Alta – de melhorias e organização espacial urbana, mesmo com a falta de recursos e de necessidades mais imediatistas como higiene, por exemplo. Esclarece o governador que: “(...) há em todas as Administrações, ainda as mais modestas, despesas que o progresso e até a decência do Estado exigem”¹⁶⁸. Desta forma, as despesas do Estado nesses melhoramentos estavam também associadas à busca de um tipo de um progresso concebido como uma necessidade de Natal se adequar ao processo de modernização de uma cidade que ainda possuía características coloniais (ruas sinuosas e que havia se expandindo espontaneamente, estreitas, casas ligadas umas as outras e não possuindo recuos, entre outros). Características que deveriam ser eliminadas naquele período de mudanças, segundo Cascudo que afirmava claramente que Natal por séculos a fio era uma cidade apenas no nome. Ele dizia que a cidade possuía ruas de um traçado tão irregular quanto uma teia de aranha: “(...) riscos a doida, quebrados, tortos, alinhados filas das casas que parecem ter sido fixadas a murro”¹⁶⁹.

Para Manoel Dantas, em seu discurso de 1909, havia uma resistência por parte de moradores da Cidade Alta em aceitar essas mudanças. As evidências, para ele, porém eram inevitáveis:

¹⁶⁵ Apesar de não transparecer no seu discurso, há uma possibilidade da referida praça ter sido preparada e denominada de 7 de setembro em virtude da aproximação do centenário da Independência, que seria utilizada nos festejos de Setembro de 1922.

¹⁶⁶ RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Ferreira Chaves] Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1914, p.19.

¹⁶⁷ Ibid., p.19

¹⁶⁸ Ibid., p.38. Grifo nosso.

¹⁶⁹ CASCUDO Câmara apud ARRAIS, Raimundo. Crônicas de origem, p. 139 e 141.

o que
é progresso
e decência?
em que
cidade de
deu a
deu a

alta
analise

Na Cidade Alta, trava-se a luta da resistência entre o passado e o presente. Os aborígenes quis opor à invasão do progresso o dique de suas tradições; porém, dia a dia, as casas se transformam, as ruas se alargam, a vida circula, impetuosa, febril, dominadora.¹⁷⁰

E em comparação com outras cidades, como Rio de Janeiro e Recife que já haviam começado esse processo de modernização, Natal começava a dar início a essas mudanças que viriam a ser denominadas posteriormente de modernismo¹⁷¹. Esse modernismo do período pode ser entendido nas palavras de Giovana Oliveira: “Esse cosmopolitismo, que pautou o irrestrito consumo de hábitos e comportamentos sociais por parte da elite local, também assegurou a essa mesma elite o sentimento de pertencer ao estágio civilizatório tão ansiado”. É essa idéia de cosmopolitismo europeu que se tornou uma obsessão a ser seguida por diversas cidades brasileiras como Santos, Rio de Janeiro, Recife e Natal.

Em 1920, o discurso técnico-higienista vai encontrar em Januário Cicco o seu principal porta-voz. Tomando como base modelos de topografia médica, como o trabalho do médico Alfredo da Matta intitulado *Geographia e Topographia Medica de Manáos*, de 1916, o médico potiguar expôs a concepção de uma topografia médica de Natal em 1920 que buscava unir os preceitos higienistas a um plano de urbanização da cidade, atacando os principais focos causadores de moléstias. Revestido da autoridade médica, competia a ele a tarefa de sanar os problemas de Natal e determinava o Estado, para ele, o único capaz de dar o suporte necessário para que os médicos sanitaristas pudessem redimir a cidade de suas moléstias.

Desta forma, o discurso oficial vai se mesclando às concepções médicas e, por conseguinte, vão moldando o espaço urbano da mesma forma que vai se reforçando as funções de cada bairro. Em 1920, Januário Cicco também apontava o local o qual estava o matadouro público como inadequado:

Um pouco além há o admirável Matadouro de Natal, que é o mais sórdido atestado do abandono á vida de uma população, o mais frisante atestado do abandono que a autoridade sanitária entrega a vida dos habitantes dessa terra, permitindo dentro da cidade o Matadouro (...) tendo ao lado a esterqueira e o lixo de toda a *urbs*, e onde se regala de podridão o *hygienista* daquela zona – o urubu.¹⁷²

¹⁷⁰ LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. p.72.

¹⁷¹ Ver PAIVA, Giovana. *De cidade a Cidade*. cap.6

¹⁷² Idem. *Saneamento e modernização em Natal: Januário Cicco, 1920*, p.29-30

Januário Cicco percebeu, em 1920, essa falta de integração entre os espaços da cidade, ao reconstruir a cidade a partir de uma topografia médica. Apesar de entender que havia uma ligação entre os dois bairros e que suas toponímias eram de caráter estritamente convencional, demonstrava que os habitantes de Natal enxergavam dentro de uma ótica própria de construção da realidade, duas cidades, a Alta e a Baixa (que seria a Ribeira), sendo a segunda reconhecida por Cicco, como uma cidade comercial devido a sua proximidade com o porto.

Em 1922, com as comemorações do Centenário da Independência e com a inauguração do Palácio da Intendência (em estilo eclético, diferente do Palácio do governo inaugurado quase vinte anos atrás), a Cidade Alta passa a ter todos os principais elementos componentes da administração pública em uma única área. Ao contrário do próprio estadual, a Intendência foi construída com recursos do município de Natal e sua localização, aparentemente, seguiu as mesmas orientações utilizadas pelo governo estadual no tocante ao Palácio do Governo¹⁷³.

Portanto, as medidas adotadas pelo Estado com o intuito de transformar a cidade numa nova cidade (ou como definiu Giovana Paiva a transformação de uma cidade do Natal em Cidade do Natal), havia uma intenção do governo em concentrar a sua administração em um local mais adequado, longe dos dissabores insalubres de uma região propensa a alagamentos e foco de moléstias. A Cidade Alta, local primeiro da instauração da cidade e posterior local residencial localizado no alto de um morro era, para os governantes o local ideal. Para tanto, se fazia necessário dotar o bairro de elementos urbanos e estéticos que além de revestir a cidade com uma imagem longe da sua época colonial, daria condições de permanecer ali a sua estrutura governamental.

A remodelação do bairro, contando com os poucos recursos que o Estado dispunha, privilegiou principalmente a construção de edifícios públicos e calçamentos das ruas e seu nivelamento, além da integração dos dois principais bairros, unificando a cidade, tirando-a de sua fragmentada condição.

Essa união possibilitou mais do que o fim da rivalidade entre os dois núcleos. Criou também certa dependência entre os mesmos, respeitando uma hierarquia funcional inexistente na sua antiga condição de independência e que não dava condições. Dessa forma, a ação do

¹⁷³ Dentro dos relatórios oficiais, pouco se registrou sobre a construção do prédio. Nos artigos de jornais e durante as comemorações do Centenário da Independência, a inauguração em si teve um papel secundário nas ações do governo, mais preocupado em preparar a cidade para a festa. O único registro encontrado que prova que foi a intendência que construiu o palácio foi num artigo do jornal *A Imprensa* de 19 de março de 1922 que, ao tratar do esquecimento por parte da intendência na limpeza das ruas, assinala: “O Governo do Município que tem a obrigação moral de velar pela esthetica, ordem e acceio da cidade, vai, comprovando a sua ‘actividade’ erguer um palácio á custa da nossa paciência e do nosso descaso pelo direito que possuímos. Seja, tudo pelo amor de Deus, já que os homens não tem amor próprio”. Agradeço a Adriana Moreira por ter encontrado esse e outros artigos do jornal *A Imprensa*.

que
fazer
a
cidade
nova?

Estado prevaleceu inquestionável no seu papel de agente reformador. Em nenhum momento uma ação popular contra essas (ou a favor) ações estatais teve grande repercussão. Mesmo a denominação da “Cidade das Lagrimas” em alusão a destruição das casas para a criação do bairro de Cidade Nova, em 1904, fora uma construção de um jornal opositorista, *O Diário de Natal*.

Dessa forma, o centro da cidade, assim denominada pelos governantes do Rio Grande do Norte e dos cronistas do período, como sendo a Cidade Alta apenas confirmaram a ação dos colonizadores portugueses no momento da fundação da cidade do Natal. Ao conceber uma cidade que durante tantos anos não saíra do papel e fixando arbitrariamente o seu local de nascimento, o que possibilitou aos novos dirigentes do regime republicano um possível pretexto para assinalar a Cidade Alta com o centro da cidade mesmo em se tratando de uma cidade que possuía poucos bairros consolidados, fragmentados e sem essa integração não haveria como ter uma hierarquização entre os mesmo, não teria decerto, uma necessidade de ter um centro.

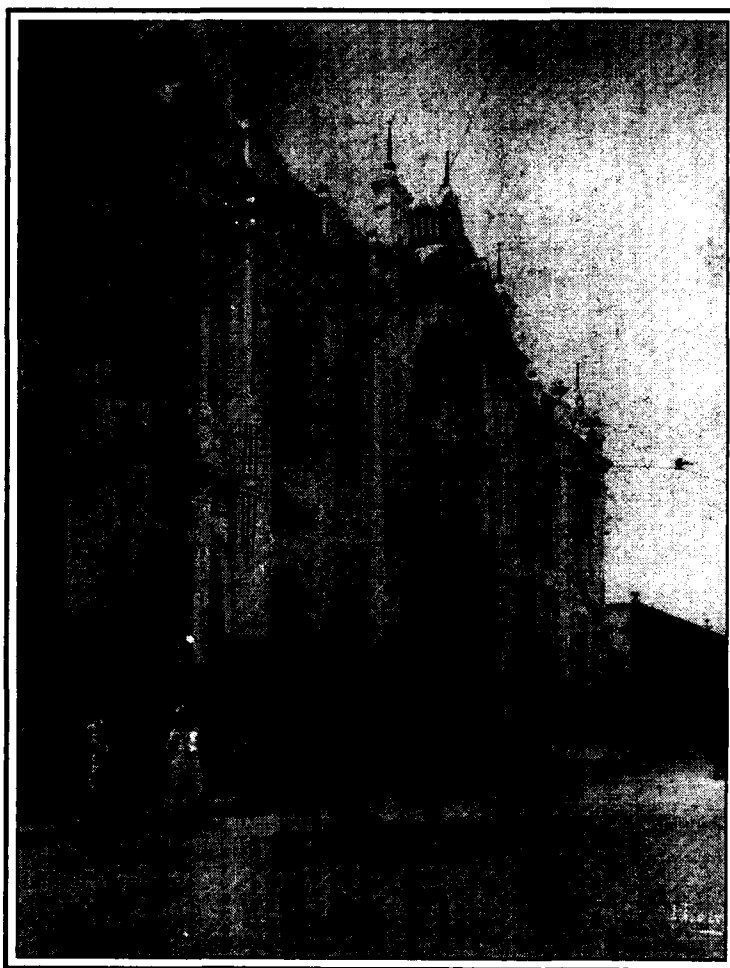


Figura 12 – Prédio da Intendência durante as comemorações do centenário da Independência.

Fonte: IHGRN

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Natal, ao adentrar no século XX ainda mantinha em seu seio características coloniais de uma pequena província. O período republicano trouxe, para as elites, um anseio de mudanças que visavam afastar completamente o passado colonial. Somando a esse desejo, o desenvolvimento científico trouxe novas concepções de vivência e, sobretudo de higiene. A elite de Natal, mesmo que tardiamente, foi influenciada por esses novos tempos ditos modernos. Essa elite, detentora do poder político e econômico do estado, se esforçou em criar condições para que Natal se tornasse uma nova cidade.

Inicialmente, todas as ações empreendidas no intuito de dotar a cidade de melhores condições materiais, como as diversas obras de aformoseamentos e ajardinamentos, partiram e tiveram como principal agente o governo do Estado. Poucas foram as ações promovidas a partir da iniciativa popular que tiveram esse intuito.

O governo do Estado e a intelectualidade do período mantinham estreitas relações. Essas relações se mostraram presentes no momento que muitos dos intelectuais que atuaram na Natal do início do século XX participaram ativamente dentro dos escalões administrativos. Para exemplificar temos Henrique Castriano, duas vezes vice-governador e um dos pioneiros na pesquisa da cultura potiguar; Manoel Dantas, percussor dos estudos sobre o folclore potiguar e vice-governador do Estado; Segundo Wanderley, poeta, teatrólogo e Inspetor de saúde pública; Tavares de Lyra, Governador do Estado e historiador, entre outros.

Além dos intelectuais já citados, destaca-se a atuação do médico Januário Cicco que a partir do seu trabalho intitulado “Como se higienizaria Natal” um postulado de topografia médica que apontava os principais problemas de ordem sanitária que afligia a cidade. Seu trabalho consistiu num dos primeiros esforços técnicos-científicos a se preocupar com as questões de salubridade da cidade, tomando como base os preceitos higienistas vigentes desde o século anterior.

Anterior a esse trabalho e em diversas menções indiretas, a elite se mostrava propensa a agir sobre a cidade para que ela se tornasse uma cidade nos moldes europeus. Vários discursos promovidos nos jornais e em palestras reforçavam a idéia da necessidade da “macambúzia” e “indolente e adormecida” cidade se voltar para o novo século que trouxe o progresso como redentora do novo brasileiro republicano. Entretanto, essa ação foi empreendida, em parte, devido principalmente a falta de recursos que o Estado dispunha para efetivá-las. Natal, isolada das demais regiões produtoras do estado e dos estados vizinhos,

possuía uma economia que não dava condições de levar a diante a construção da cidade idealizada pelos seus dirigentes.

Ao analisar mapas da evolução urbana da cidade (anexo I), percebe-se que as alterações físicas foram mínimas em relação às outras cidades como Recife e Rio de Janeiro – praticamente se mantiveram os mesmos alinhamentos e ruas do período colonial. As obras públicas praticamente foram centradas na Praça Augusto Severo na Ribeira entre os anos de 1902 a 1912 enquanto que ações de embelezamento e aformoseamento foram direcionadas paulatinamente para a Cidade Alta. Na Ribeira, as ações foram resultantes do intuito de promover o escoamento da produção e libertar a cidade do seu isolamento. As obras do porto são um exemplo da consolidação do bairro na sua função comercial.

Um dos marcos assinalados é a mudança do palácio do governo da Ribeira para a Cidade Alta. Com a finalização dos serviços da referida praça e do Teatro subjacente, iniciam-se ações mais voltadas para a Cidade Alta como o calçamento da avenida Rio Branco, reformas em diversos prédios, desapropriação de casas. Em outro período, principalmente na década de 20, percebe-se que as ações foram voltadas para estruturar a cidade com serviços públicos como eletricidade, saneamento transporte e abastecimento de água. Porém, a Cidade Alta ainda se manteve como foco das atenções do governo exemplificado principalmente pela construção e inauguração do palácio da Intendência em 1922 (ação concreta) e na concentração das festividades do Centenário da Independência do país nas praças da Cidade Alta.

Nesse período, as ações de intelectuais e médicos se aproximaram tanto das ações governamentais que em seus discursos percebem-se justificativas e legitimações da administração respaldando os seus esforços. Em contrapartida, a oposição a acusava de usar o dinheiro público para embelezar a cidade ao invés de pagar os seus funcionários ou sequer conseguia manter as ruas limpas. O ponto principal da mobilização oposicionista em relação à política urbana do governo foi em torno do assim chamado por eles de “Cidade das Lágrimas”, resultado da desapropriação da área que hoje se encontram os bairros de Petrópolis e Tirol para a construção do Bairro de Cidade Nova em 1902.

Natal contava com dois bairros que possuíam características que acabaram por determinar as suas funções na cidade. A Ribeira, devido a sua proximidade com o porto, principal saída da cidade, era um bairro predominantemente comercial e a Cidade Alta, núcleo original da cidade era um bairro quase que exclusivamente residencial. Eram quase autônomos entre si, devido principalmente a um obstáculo natural os separava e que durante os dias de chuva era praticamente intransponível.

A ação de mudança do palácio do governo teve como justificativa a falta de condições do prédio que lá se encontrava bem como dos constantes alagamentos do local. Sua localização não possuía condições salubres e contou com a anuência da sociedade da época. Outro exemplo foi a mudança do hospital da caridade que ficava numa área baixa e sem ventilação para o morro de Petrópolis, mais arejado e principalmente isolado e que, de certa forma, foi um dos poucos momentos que a intelectualidade e os médicos tiveram voz numa ação estatal dentro das obras públicas.

O local escolhido para a mudança do palácio do governo não teve nenhuma justificativa dita ou contestada, o que reforça certa arbitrariedade por parte do governo da mesma forma que foi se adotando e reforçando que a cidade Alta era a partir daquele momento o centro da Cidade. Uma possível motivação pode ter sido a sua localização privilegiada – no alto de um morro e pelo bairro concentrar grande parte dos ilustres moradores pertencentes à elite do período. A Ribeira, com seu porto e proximidade com as áreas ribeirinhas e, portanto, com moradores mais humildes não seria um local adequado para a instauração de um marco para a nova cidade que tanto a elite ansiava.

As concepções higienistas em Natal, incipientes no início do século XX, e coroadas com a publicação da obra de Januário Cicco, em 1920, pouco contribuíram para uma real modificação na cidade, servindo para respaldar e justificar as ações do governo, tendo como principal conquista apenas a mudança da localização do Hospital.

Dessa forma, a determinação das funções dos dois bairros, reforçando suas características mais predominantes partiu do governo do estado com apoio da elite intelectualizada da época, respaldado pelas concepções higienistas – mesmo que em alguns momentos, indiretamente – e ao que parece ter se tornado senso comum que a Cidade Alta era o centro da cidade devido a ser justamente o núcleo original da mesma.

Dentro do tecido urbano, os tempos da cidade são fortemente demarcados e que os seus ajustes temporais não acompanham na mesma proporção que a conjuntura econômica, população e hábitos daquele que vivem nas cidades o que poderia explicar o abandono da Ribeira na nossa contemporaneidade por não conseguir seguir os ritmos das transformações da população de Natal. Seus antigos prédios não possuem capacidade de atender às novas demandas de “uma sociedade cidadina (que) move-se num construído que não é seu”¹⁷⁴.

Essas construções, por não se encaixarem nos modelos propostos por essa nova sociedade, e por não possuir uma utilidade para as necessidades atuais, a tomam por

¹⁷⁴ LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana, p.140

construções antigas só se remetendo ao seu valor histórico. Desta forma, o espaço urbano tende a diminuir as opções daqueles que lá vivem e os forçam a se adaptar da melhor forma possível.

Encontra-se então com algumas poucas opções: Abandonar a área, relegando-a à marginalidade das melhorias urbanas, criando novos bolsões de pobreza, destruindo e reconstruindo prédios, ruas projetadas para atender as novas demandas o que acarretaria em custos que nem o município nem o setor privado teriam condições de bancar e tentar se moldar ao que já existia. No caso da Ribeira, ocorreu um misto dentro dessas opções¹⁷⁵. Manteve-se sua função inicial – comercial – porém foi se abandonando gradativamente o local e migrando tanto para a Cidade Alta como também para as novas áreas – no caso, a Cidade Nova.

A transição do centro da cidade de Natal para o bairro de Cidade Alta só foi possível quando esse espaço conseguiu absorver de forma satisfatória a modificação do seu uso – no caso, de um espaço residencial passou para um centro político e depois político e econômico. E ao mesmo tempo não se pode deixar de considerar que a Ribeira ainda possuía naquele período uma importância econômica devido principalmente a sua principal característica, a comercial, esta que foi motivo, ponto inicial do desenvolvimento deste espaço, encabeçado principalmente pelo porto. Outra importante consideração é acerca do seu uso social. Ambos os espaços – Cidade Alta e Ribeira – possuíam usos sociais próprios e possuíam uma certa independência entre si, até criando rivalidades territoriais¹⁷⁶ e que ao ter sua evolução urbana em prosseguimento, vai se perdendo as identidades particularistas e moldando seus usos sociais.

Atentando para a percepção das partes componentes da cidade, no caso os seus bairros, se faz necessário encontrar seus usos sociais, formas de usos múltiplos que se adaptam as novas configurações e como se processou essas possíveis adaptações, se ela ocorreu de forma sucessiva ou de forma mais radical. É possível que dentro do processo histórico, salvo raras exceções, a configuração de um dado espaço não se deu de forma abrupta e sim numa evolução múltipla e gradativa. A mudança do centro de Natal não ocorreu de forma brutal e

¹⁷⁵ Como bem queria Januário Cicco, em 1920: “Mas a questão sanitária de caracter geral nesta parte da cidade (Ribeira), é remover effectivamente os obstáculos temporários à sua salubridade natural”. Ver LIMA, Pedro. **Saneamento e Modernização em Natal**: Januário Cicco, 1920. Sebo Vermelho, 2003.

¹⁷⁶ Ver CASCUDO, Câmara. **História da Cidade de Natal**. Ao tratar sobre a relação desses dois bairros, ele narra as rivalidades entre os mesmos no capítulo “Xarias e Canguleiros”, p.233.

incisiva, mesmo contando com dois fatores pontuais que este trabalho adota, mesmo porque a migração do eixo econômico se fez bem mais lenta¹⁷⁷.

Para isso se faz necessário entender como o espaço urbano foi apropriado e entender o que é a cidade, que, segundo Françoise Choay é um conjunto de elementos significantes de um sistema não verbal. A cidade então passaria a ser interpretada como possuindo um significado próprio que iria além de seus muros, além de seus prédios¹⁷⁸. E é por isso que em determinados espaços, dada as novas características modernas de cidade haveria uma perda do seu significado e isso poderia ser uma explicação para a decadência da Ribeira. Haveria então uma perda do seu significado, perda de função social para a cidade por possuir uma rigidez nas suas construções que impossibilitaram uma mudança nessas funções, entregando a Ribeira ao anacronismo.

Os discursos das elites norte-riograndenses que criaram a imagem da cidade “ideal”, tinham como objetivo moldar a cidade segundo seus desejos ao mesmo tempo em que moldavam também os seus significados. Encontrar nesses discursos que moldaram o uso da cidade seria então buscar reduzir a dicotomia entre o espaço e seu uso, por considerar ambos dentro do sistema de significados e só poderão ser entendidos quando tratados com sua temporalidade, que possui uma dicotomia entre a ação de diversas políticas de planejamento urbano em diversos momentos dentro de uma cidade que está sempre no presente. Por isso, o espaço se desenvolve dentro de temporalidades diferentes se combinando com diversas outras formas (estruturas viárias, de espaço).

Segundo Braudel pode-se perceber que o espaço é resultado de um rearranjo e que as formas antigas são retomadas quando a nova sociedade induz novas construções. Como ponto principal da questão, é possível que uma auto-organização do espaço seja derivada de usos anteriores em novas combinações¹⁷⁹.

E isto seria possível entender as motivações que levaram os agentes modificadores do uso da cidade do Natal a transpor inicialmente o centro político para a Cidade Alta. Dada a questão da sua historicidade, sendo o marco inicial da fundação da cidade, seu significado como centro é novamente retomado e reconfigurado para uma nova função, mesmo que distante da Ribeira, local geograficamente mais apto – pela sua proximidade do porto – para essa função e, desta vez, amparado por outras forças como as tendências modernistas e suas práticas higienistas.

¹⁷⁷ Os dois fatos seriam a mudança da sede do governo para o Palácio Potengi em 1902 e a construção do Palácio Felipe Camarão em 1924.

¹⁷⁸ CHOAY, Françoise apud LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*, p.144.

¹⁷⁹ BRAUDEL, Fernand apud LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*, p.145-146.

Há, portanto, uma reorganização urbana usando um modelo anterior de apropriação do espaço: “as sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso: procedem continuamente a uma reatualização e uma mudança de sentido das formas antigas. Elas as reinterpretam”.¹⁸⁰

Essa reinterpretação dos atores sociais em um determinado espaço não se faz ao acaso. Primeiramente eles as modificam segundo a sua imagem e segundo os seus desejos. O início do século XX foi marcado pela tentativa de busca de uma modernidade evitando qualquer elo com o passado. Com Natal não foi diferente. Havia o desejo das elites de transformar a cidade numa cidade moderna adotando os modelos estrangeiros da mesma forma que outras cidades do país como Rio de Janeiro, que na época passou por profundas modificações encabeçadas por Pereira Passos, Oswaldo Cruz e outros.

O ideal de modernidade possui um significado para somente uma determinada parcela da sociedade, pois essa inteligibilidade só possui coerência quando traduzida em termos de espaço para o grupo que a concebe, no caso a elite. Desta forma, é registrada no espaço após a sua reconfiguração, a imagem desse grupo, registrando assim não somente as manifestações simbólicas de poder, mas que se registra as suas relações com o espaço e com os demais grupos.

Para isso, é necessário recorrer à memória para entender a dialética tanto espacial quanto do social. A memória coletiva é apoiada em uma imagem espacial, construída por grupos sociais. Dentro dela estão as lembranças daqueles que as construíram e graças a essa modificação do espaço e de sua aparente sensação do concreto que embasa uma certa estabilidade que está além das temporalidades; presente e passado se encontram, sendo, portanto espaço e memória possuem a mesma base de definição¹⁸¹. Novamente, encontra-se o passado, através da memória, a reconstrução do espaço. Desta forma, a Cidade Alta ainda possuiria no seu espaço a memória de seu uso passado que ecoa no presente no início do século XX, encontrando um grupo social com força suficiente para lhe reconfigurar aos moldes do que era e dando-lhe sua função social original.

Então a reconfiguração do bairro da Cidade Alta para criar uma nova função está atrelada ao espaço já construído, trazendo da memória coletiva a sua antiga função, mas atribui um novo significado a essa função, moldando-a segundo o pensamento vigente do início do século XX, criando condições para colocar a cidade no Natal dentro do ideal moderno ao mesmo tempo em que insere o espaço na sua função. É nessa relação entre o

¹⁸⁰ LEPETIT, *Por uma nova história urbana*, p. 147

¹⁸¹ *Ibid.*, p.149

presente, o passado e o futuro que se deve ser buscado para o entendimento da evolução da história urbana de Natal.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Júlio César de. **Comerciantes e firmas da Ribeira (1924 – 1989): reminiscências.** Natal: Fundação José Augusto, 1989.

ARAÚJO, Humberto Hermegildo. **Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte.** Natal: EDFURN, 1995.

ARAÚJO, Marta Maria. **José Augusto de Medeiros: político e educador militante.** EDFURN, Natal, 1998.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. Série Teses.

_____. **Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20.** Natal: EDFURN, 2005.

AZEVEDO, Manoel Teixeira Jr. A cidade contemporânea e seus desafios. **Caderno de arquitetura e urbanismo,** Belo Horizonte, v.5, n.5, p.7-23, dez. 1997

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Mémória e cultura escolar: A imagem fotográfica no estudo dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971).** In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002. **Anais...** Natal: UFRN, 2002. 1 cd-rom.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História.** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade de Natal.** Edição comemorativa do Centenário de nascimento de Luís da Câmara Cascudo (1998), do IV Centenário da construção da Fortaleza dos Reis Magos (1998) e da fundação da Cidade do Natal (1999). Natal: IHGRN, 1999.

_____. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002. **Anais...** Natal: UFRN, 2002. 1 cd-rom.

CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Da cidade a nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CASTRICIANO, Henrique. **Seleta: textos e poesia.** ALBUQUERQUE, José Geraldo(Org). Natal: Escola Doméstica, 1993.

COSTA, Madsleine Leandro da. Natal: quando a modernidade vinha de bonde. 1998. Monografia (Arquitetura e urbanismo) – UFRN, Natal.

DANTAS, Ana Caroline; EDUARDO, Anna Rachel; FERREIRA, Ângela Lucia. De “Bairro jardim” a “favela”: uma trajetória de idéias e propostas urbanísticas. In: DANTAS, George; FERREIRA, Ângela (Org). **Surge et ambula: A construção de uma cidade moderna**, Natal 1890 – 1940. Natal: EDFURN, 2006.

DANTAS, Ana Caroline; DANTAS, George; FERREIRA, Ângela Lucia. Ecletismo e modernidade na obra de Giacomo Palumo: arquitetura e urbanismo nos anos 1920 e 1930. In: DANTAS, George; FERREIRA, Ângela (Org). **Surge et ambula: A construção de uma cidade moderna**, Natal 1890 – 1940. Natal: EDFURN, 2006.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 27 fev. 1902.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 30 jul. 1902.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 2 out 1902.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 26 set. 1903.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 29 set. 1903.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 29 jul. 1904.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 14 out. 1905.

EDUARDO, Anna Rachel; FERREIRA, Ângela Lucia. As topografias médicas no Brasil do início do século XX: Aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN). In: DANTAS, George; FERREIRA, Ângela (Org). **Surge et ambula: A construção de uma cidade moderna**, Natal 1890 – 1940. Natal: EDFURN, 2006.

FERNANDES, Ronaldo Costa, LIMA, Rogério (Org). **O imaginário da cidade**. Brasília: UNB, 2000.

GOULART FILHO, Nestor. **Quadro da arquitetura do Brasil**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Série Debates).

FRANÇA, Adherbal. **Vida profana**. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1926.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. **Terra Livre**, São Paulo, n.17, p.155-170, 2001.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil, 1936**. Rio de Janeiro: Tipografia do Depto. de Estatística, 1936.

A IMPRENSA, Natal, 12 mar. 1922.

A IMPRENSA, Natal, 19 mar. 1922.

HERSCHMANN, Michael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: _____. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. A cidade controlada: Santos 1870 – 1913. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** São Paulo: EDUSP, 2001.

LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas.** Natal: Cooperativa cultural Sebo Vermelho, 2000.

_____. **Saneamento e modernização em Natal:** Jannuário Cicco, 1920. Natal: Sebo vermelho, 2003.

LIVRO AZUL. Indicador comercial e profissional, 1941. Recife: Diário da Manhã, 1941. (fichado e fotografado) – MELQ, 1999.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1980

MEDEIROS FILHO, Olavo. **Genese natalense.** 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MEDEIROS, Iago Henrique Albuquerque de Medeiros; SILVA, Marluce Lopes de. Levantamento das potencialidades arqueológicas e históricas da Cidade Alta (séculos XVII e XIX). **Caderno de História,** Natal, v.6, n.1, p.43-66, jan./dez. 1999.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **380 anos de história fotográfica de Natal 1599-1979.** Natal: Universitária, 1979.

_____. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999).** Natal, 1999.

MORAIS, Marcus Cesar Cavalcanti de. **Retrato falado da cidade do Natal.** Natal: Sergraf, 1999.

MOTA, André. **Quem é bom nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil.** 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O cenário da vida urbana.** João Pessoa: UFPB, 2000.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NESI, Jeane Fonseca. Arquitetura do Rio Grande do Norte. In: WANDERLEY, Gustavo (org). **Caminhos da arte:** Rio Grande do Norte. [Madri]: Bustamante Editores, 2001

_____. **Caminhos de Natal.** Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2002.

_____. **Natal monumental**. Natal: Fundação José Augusto, APRC, 1994.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **De cidade a Cidade**. Natal: EDUFRN, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do espaço. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p. 279-290,1995.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

PIRENNE. Henri. **As Cidades da idade média**. Lisboa: Publicações Europa-América. [s.d].

POMBO, Rocha. Pombo, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Edição comemorativa do centenário de Independência do Brasil (1822 – 1922). Rio de Janeiro: Anuário do Brasil (Almanark Laermmert); Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

PROVINCIAL Reports: Rio Grande do Norte. Chicago: The center for research libraries, 1996. Base de dados. Disponível na internet: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>.

RIO GRANDE DO NORTE. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 25 de março de 1904**.

_____. [Secretário Henrique Castriciano] **Relatório apresentado ao Exm. Dr. Augusto Tavares de Lyra lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 1904**

_____. [Dr. Segundo Wanderley] **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Governador do Estado em 03 de julho de 1904**.

_____. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 14 de julho de 1904**.

_____. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 22 de janeiro de 1905**

_____. [Presidente Augusto Tavares de Lyra] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 14 de julho de 1906**

_____. [Presidente Antônio Jose de Melo e Souza] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1907**

_____. [Presidente Ferreira Chaves] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1914**

_____. [Presidente Ferreira Chaves] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1916**

_____. [Presidente Ferreira Chaves] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1918**

_____. [Presidente Antônio de Melo e Souza] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1920**

_____. [Presidente Antônio Jose de Melo e Souza] **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1921**

_____. [Presidente Antônio de Melo e Souza] **Mensagem lida perante o Congresso legislativo do Estado do RN em 01 de novembro de 1922**

A REPÚBLICA, Natal, jan.1901.

A REPÚBLICA, Natal, 25 fev. 1902.

A REPÚBLICA, Natal, 14 abr. 1902.

A REPÚBLICA, Natal, 06 mar. 1902.

A REPÚBLICA, Natal, 25 nov. 1902.

A REPÚBLICA, Natal, 21 set. 1903.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil**. v.3: República, da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SCHORSKE, Carl. **Pensando com a história**: Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

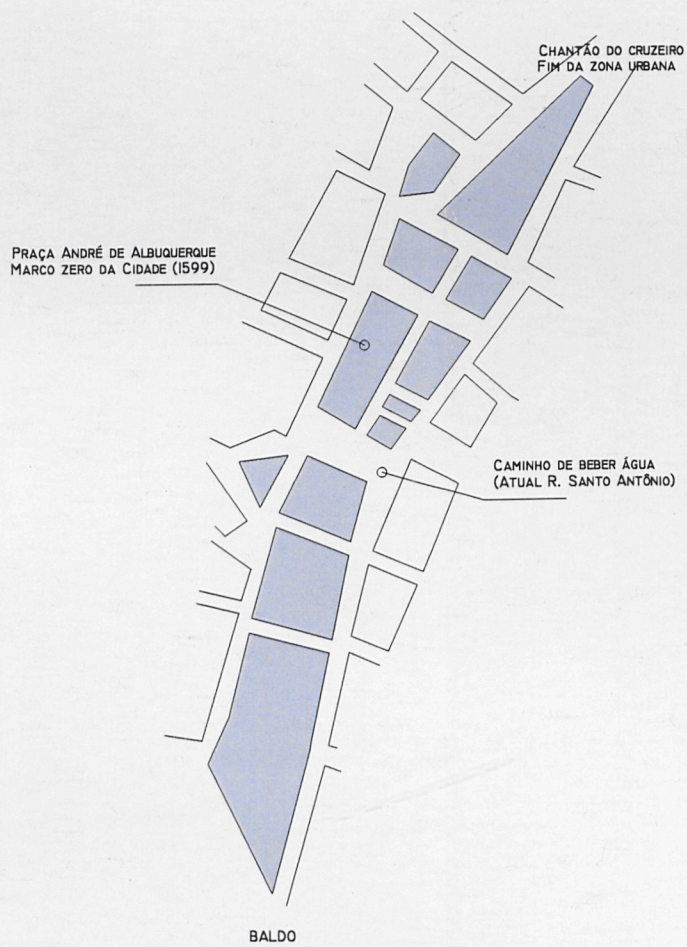
SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das secas**: século XX. 2.ed., v. 226. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1982. (Coleção Mossoroense).

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930)**. Edição comemorativa do primeiro centenário da proclamação da república do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.

SOUZA, Alberto. **O ensino de arquitetura no Brasil imperial**. João Pessoa: EFPB, 2001.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1996.

A N E X O S



NÚCLEO ORIGINAL
SÉC. XVI



LIMITES URBANOS
1844

PLANTA DE SITUAÇÃO Evolução urbana do Natal Entre os séculos XVI a XX

FONTES:

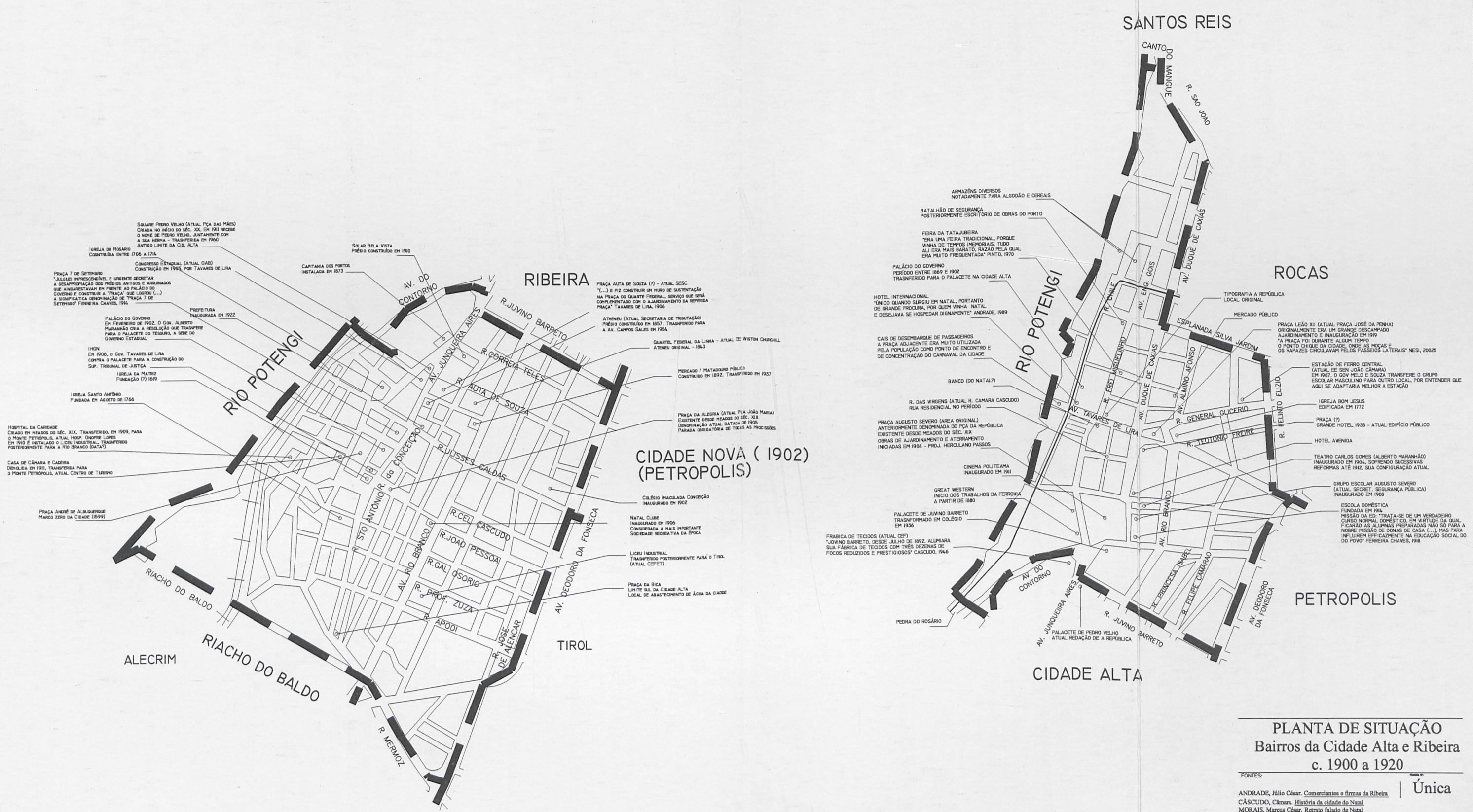
CÂSCUDO, Câmara. História da cidade do Natal
MORAIS, Marcus César. Retrato falado de Natal
MIRANDA, João Maurício. Evolução urbana de Natal
NESI, Jeanne F. Leite. Caminhos de Natal

Prancho:

01 / 02

ORIENTADOR	ELABORADOR	DATA
YURI SIMONINI	Sem escola	dez. 2004

É PROIBIDA NA FORMA DA LEI Nº 9789 ARTIGO 184 DO CÓDIGO PENAL, A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL, SEM DESEJO, SEM O CÂMBIO NA COMPARAÇÃO A TERCERAS SEM A AUTORIZAÇÃO



PLANTA DE SITUAÇÃO
 Bairros da Cidade Alta e Ribeira
 c. 1900 a 1920

FONTES:
 ANDRADE, Júlio César. Comerciantes e firmas da Ribeira
 CÂSCUDO, César. História da cidade do Natal
 MORAIS, Marcus César. Retiro falado do Natal
 MENSAGENS dos governadores [Rio Grande do Norte] - 1904 - 1920
 NESL, Jeanne F. Leite. Caminhos de Natal
 PINTO, Lauro. Natal que eu vi

1:50.000
 1:50.000
 1:50.000

É PROIBIDA A FOTÓGRAFIA DE QUALQUER PARTE DO TERRENO SEM A PERMISSÃO DO PROPRIETÁRIO. SEM COMO SUA REPRODUÇÃO A TITULO DE REPRODUÇÃO.



MAPA ADAPTADO DO ATLAS IMPERIAL
1864

MASTER PLAN - ADAPTADO
1901 - 1904

PLANTA DE SITUAÇÃO
Evolução urbana do Natal
Entre os séculos XVI a XX

FONTES:
 CÂSCUDO, Câmara. História da cidade do Natal
 MORAIS, Marcus César. Retrato falado de Natal
 MIRANDA, João Maurício. Evolução urbana de Natal
 NESI, Jeanne F. Leite. Caminhos de Natal

Prancha:
02 / 02

REPRODUÇÃO	ESCALA	DATA
YURI SIMONINI	Sem escala	dez. 2004

É proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho, sem a autorização da Comissão de Estatística e Cartografia.